

ORGANIZAÇÃO DE AJUDA MÚTUA – ORAM

&

REDE DAS ORGANIZAÇÕES PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR – ROSA

ESTUDO SOBRE

O IMPACTO DA POLÍTICA AGRÁRIA EM MOÇAMBIQUE

PESQUISA REALIZADA EM:

Maputo Cidade

Província de Maputo

Província de Sofala

Província de Manica

e

Província de Tete

ENTIDADE RESPONSÁVEL DA PESQUISA:

Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais – CEMO

COORDENADOR: António Álvaro Francisco (Msc)

COLABORADORES: Hortêncio Sunde Manuel Lopes

Nelson Magalhães

Maputo, Dezembro de 2010

AGRADECIMENTOS

Os autores do presente trabalho de investigação apresentam o seu reconhecimento e agradecem às várias entidades individuais e colectivas que deram a sua colaboração incondicional, disponibilizando o seu precioso tempo para o fornecimento da informação solicitada, e discussão dos assuntos aqui tratados, colaboração essa tão fundamental, sem a qual o trabalho não teria a riqueza que apresenta.

Sem pretedermos cometer alguma discriminação, a equipa que realizou o estudo agradece, de forma especial, a todos aqueles que, de uma forma directa, ou indirecta, colaboraram no fornecimento de elementos que consubstanciam este trabalho. Referimo-nos aos académicos, aos gestores de instituições de Estado, e, em particular, aos camponeses, que são eles os responsáveis de uma parte significativa do desenvolvimento da agricultura em Moçambique.

Um apelo especial vai para todos aqueles que têm responsabilidades para a inversão do quadro em que a nossa agricultura se encontra, por forma a que encarem com seriedade os aspectos que constam dos documentos normativos do sector da agricultura, para que, de facto, se possa fazer uma verdadeira Revolução Verde, porque o país precisa.

ACRÓNIMOS

CEMO	Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais
CPLP	Comunidade de Países da Língua Portuguesa
ESAN	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO	Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
GoM	Governo de Moçambique
HIV/SIDA	Virus de Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
IDC	Índice de Desenvolvimento Humano
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOF	Inquérito sobre Orçamento Familiar
ISCTEM	Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique
MINAG	Ministério da Agricultura
MMAS	Ministério da Mulher e da Acção Social
MPB	Ministério de Planificação e Desenvolvimento
OGE	Orçamento Geral do Estado
OIIL	Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
ONG	Organização Não Governamental
ORAM	Organização da Ajuda Mútua
PAPA	Plano de Acção de Produção de Alimentos
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAGRI	Programa Nacional de Agricultura
ROSA	Rede das Organizações para a Segurança Alimentar
SADC	Southern Africa Development Community
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar
TIA	Trabalho de Inquérito Agrícola
UNAC	União Nacional de Camponeses

ÍNDICE

I-	Introdução	06
1.1.	Objectivos	09
1.2.	Metodologia	09
1.3.	Dificuldades enfrentadas na realização do Trabalho	10
II-	Sobre a Política Agrária	11
2.1.	O Posicionamento de Moçambique na escala de desenvolvimento humano ..	11
2.2.	A Política Agrária e outros instrumentos normativos da Área Agrária em Moçambique	13
2.3.	A Agricultura em Moçambique	15
2.4.	Constrangimentos que afectam o sector da agricultura	19
2.4.1.	Factores referentes à monitoria	24
2.4.2.	Factores ligados à Planificação e Financiamento do sector agrícola ..	26
2.4.2.1.	A influência da dependência económica do país na Agricultura	26
2.4.2.2.	Incongruências no financiamento à agricultura	27
2.4.2.3.	Ausência de análise de resultados na Área agrária	30
2.4.3.	Sobre a Revolução Verde	31
2.4.4.	Sobre a irrigação	33
2.4.5.	O impacto dos sete milhões na agricultura e na redução da pobreza	35
2.4.6.	Sobre a extensão agrária	38
2.4.6.1.	Os Recursos Humanos e a Extensão	39
2.4.6.2.	As ONG's na extensão agrária	40
2.4.6.3.	Os privados nas ações de extensão agrária	41
2.4.6.4.	Sobre a cobertura dos serviços de extensão agrária	42
2.4.6.5.	Ligação entre a investigação e a extensão	44
2.4.7.	Algumas experiências positivas de Extensão Agrária	46
2.4.7.1.	As Escolas na Machamba do Camponês	46
2.4.7.2.	A Agricultura de Conservação	46
2.4.7.3.	Os trabalhos colectivos promovidos pelas Associações de Camponeses	48

2.4.8. Algumas lacunas do processo de operacionalização dos principais instrumentos de implementação da Política Agrária	48
2.4.8.1. Aspectos relativos ao PARPA	48
2.4.8.2. A Segurança Alimentar e Nutricional no quadro da Política Agrária	50
2.4.8.3. Aspectos relativos ao PROAGRI	53
2.5. Resumo dos principais pontos fracos que acompanham a área agrária, com destaque para o sector da agricultura	55
2.6. Exemplos do Desenvolvimento Agrário em dois países: o Brasil (CPLP) e o Malawi (SADC)	58
2.6.1. A área agrária no Brasil	58
2.6.2. O Sector Agrícola no Malawi	61
2.6.3. As lições obtidas em relação às práticas dos dois países	62
III- Conclusão e Recomendações	63
3.1. Conclusão	63
3.2. Recomendações	66
Referências bibliográficas	73
Anexos	76

I. INTRODUÇÃO

Moçambique localiza-se na costa sudoeste de África, com uma área de cerca de 799.380 Km¹ e uma linha costeira de cerca de 2.515 Km ao longo do Oceano Índico, constituindo um espaço vital tanto para o país assim como para os países vizinhos situados no interior que só têm acesso às vias oceânicas através dos portos moçambicanos. Em termos de fronteiras, o país faz limite, a Norte, com a República Unida da Tazânia, a Oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Suazilândia e República da África do Sul; a Sul, faz divisa com a África do Sul, países com os quais partilha cerca de 4.330Km.

No que diz respeito à divisão administrativa, Moçambique é constituído por onze províncias² e 128 Distritos. O seu território contempla três tipos de relevo: as planícies que ocupam cerca de 55% do território, a região planáltica que parte dos 200 a 1.000 metros de altitude, região situada basicamente entre o centro e o norte do país, com uma extensão de 43% do território e os grandes planaltos e montanhas, situadas no interior do país, que ocupam cerca de 13% da área total do país³.

Com um clima predominantemente tropical, o país possui enormes extensões de terra arável para o desenvolvimento de actividades agro-pecuárias, a sua flora do tipo denso, aberto e savana, é extremamente rica em animais de grande, médio e pequeno porte, e de várias espécies de madeiras preciosas, algumas das quais bastante apreciadas no mercado internacional, alimentando, assim, a indústria de exportação.

O país é atravessado por vários rios de curso permanente, alguns dos quais nascem nos países vizinhos, além de possuir vários lagos e lagoas, o que faz com que os seus recursos hídricos sejam bastante invejáveis.

O oceano, que banha a sua longa linha costeira, possui uma riqueza enorme, que vai do peixe, a crustáceos e outros frutos do mar, além de possuir uma quantidade enorme de sal, que abastece as províncias do interior e os países do hinterland⁴.

De acordo com os dados do censo populacional de 2007, Moçambique possui uma população de 20.366.795 habitantes⁵ e a população está a crescer a uma taxa média de 2,6% por ano, e é predominantemente rural (70%). Em termos de idade, a maioria de moçambicanos não ultrapassa os cinquenta anos de vida, tornando-se num país bastante jovem, onde a população feminina constitui a maioria (mais de 50%).

Importa sublinhar que da população Moçambicana que vive no campo, a sua maioria dedica-se à agricultura⁶, que é a grande fonte de rendimentos das famílias. Outra actividade que ocupa

¹ Dez mais a cidade de Maputo que foi elevada a estatuto de Província.

² Incluindo a cidade de Maputo que tem estatuto de província.

³ Francisco, 2010.

⁴ Idem

⁵ INE (2010). de acordo com esta fonte, em 1997 a população de Moçambique era de 17.242.240 (INE, 2001), in Francisco, 2010). (mais detalhes: www.ine.gov.mz)

⁶ Programa Quinquenal do Governo (2005-2009).

muitos moçambicanos, principalmente os residentes na costa, é a pesca, actividade que pode ser encontrada também nas populações residentes ao longo dos principais rios que atravessam o país e lagos.

Note-se que Moçambique, com a população que possui, coloca-se no terceiro lugar entre os países mais populosos da África Austral, sendo a África do Sul o 1º, com cerca de 46.9 milhões de habitantes, seguido pela República Unida da Tanzânia, com 36.9 milhões⁷ (a África Austral tem mais de 10 países).

O país é essencialmente agrário, o que faz com que a maioria da sua população se dedique à agricultura e pecuária. Na agricultura⁸, desenvolvem-se dois tipos de culturas fundamentais: a de produtos de consumo tais como cereais, leguminosas, verduras, tubérculos e outras; e a cultura de produtos de rendimento, desenvolvendo espécies tais como o algodão, o tabaco, a castanha de caju, o chá, a cana de açúcar⁹, dentre outras. Na pecuária, desenvolve-se a criação do gado bovino¹⁰, caprino, suíno e aves. Na área pesqueira, temos a pesca de pequeno, médio e grande portes, sendo que as duas últimas modalidades são do tipo semi-industrial. Conforme Francisco,

"(...) A pesca que ocupa muitos moçambicanos é a mais pobre, feita por singulares, ou famílias, recorrendo a pequenas embarcações a remo e desprovidas de quaisquer condições de segurança e de refrigeração, o que faz com que os pescadores recorram à secagem como única forma de conservar o pescado que sobra das vendas, ou então que os pescadores tenham sempre quantidades limitadas de produção. Enquanto estes são os que abastecem praticamente o país, a pesca semi-industrial e a industrial está mais voltada à captura de camarão, lagosta e outros frutos do mar para a exportação. São estes pescadores que concentram a maior parte dos rendimentos oriundos da actividade pesqueira".

Em termos de disponibilidade de terra para a prática da agricultura, o país possui cerca de 36 milhões de hectares, dos quais, apenas 5 milhões de hectares se encontravam, em cultivo¹¹ e 3,3 milhões de hectares irrigáveis, dos quais somente 50.000 ha, equivalente a 0,13% das terras aráveis, são presentemente irrigados¹².

De acordo com a Política Agrária, em Moçambique, os produtos mais importantes do sector agrícola são: milho, arroz, açúcar, feijão, amendoim, mapiar, mandioca, mexoeira, algodão, caju, madeira, copra, chá e citrinos.

⁷ Os dados da República da África do Sul e da Tanzania referem-se ao ano de 2003 (PNUD, 2005:234-235).

⁸ Muito pouco do potencial de Moçambique foi utilizado. Até 2000, a agricultura contribuía com cerca de 32% do PIB, empregava cerca de 70% da mão de obra e era responsável por 80% das exportações.

⁹ chá e a cana de açúcar são culturas de carácter empresarial.

¹⁰ A criação do gado bovino é maioritariamente de carácter familiar nas províncias do sul e uma parte do centro. Nas do norte e em algumas regiões do centro, esta prática é feita por empresas e associações.

¹¹ PROAGRI II, in Plano Director de Extensão Agrária (2007-2016); Relatório da Inspeção de Finanças (2010).

¹² Dados colhidos da Política Agrária e do Plano Director de Extensão Agrária (2007-2016).

Conforme este instrumento de orientação, a produção agrária¹³ é levada a cabo por dois sectores de produção principais: o sector familiar e o sector empresarial, sendo que, o sector familiar¹⁴, constituído por cerca de 2,5 milhões de famílias¹⁵ que exploram cerca de 90 por cento da área actualmente cultivada, representa um grande potencial produtor¹⁶. Este instrumento refere que, dada a importância que o sector da agricultura representa, ser-lhe-á garantido o acesso a recursos novos para aumentar a sua produção e produtividade.

O documento que temos vindo a citar, que é um dos principais instrumentos normativos para o campo agrário em Moçambique, através do qual se estabelecem princípios, normas e orientações estratégicas para o desenvolvimento do sector agrário em Moçambique, apresenta alguns constrangimentos, tais como:

- i) Baixo aproveitamento do potencial agrário de Moçambique;
- ii) Baixos índices de produção de cereais;
- iii) O decréscimo da produção de legumes;
- iv) A queda dos níveis de produção de produtos para a comercialização, como, por exemplo, o algodão e a castanha de caju, dentre outros.

Considerando que estes instrumentos de orientação (a Política Agrária e as respectivas Estratégias de Implementação), foram aprovadas em 1995, três anos após o fim da Guerra Civil, terminada a 4 de Outubro de 1992, com a assinatura do Acordo de Paz, na cidade Italiana de Roma, entre o Governo da Frelimo e o então movimento rebelde, a Renamo, esperava-se que, de lá a esta parte, com a implementação das orientações contidas na Política Agrária, a situação agrária hoje, tivesse atingido um nível de progresso e desenvolvimento assinaláveis.

É no contexto da busca de compreensão do actual ponto de situação, no que diz respeito à implementação dos instrumentos de orientação e normação da área agrária, que a ORAM, uma organização que intervém neste campo (agrário), colaborando com as organizações de camponeses ou com as instituições de tutela da área agrária, na promoção de acções desta componente fundamental para o desenvolvimento de Moçambique, solicitou ao Centro de Estudos Moçambicanos e Internacionais (CEMO), a realização de um estudo sobre o Impacto da Política Agrária em Moçambique, no sector da agricultura.

¹³ A área agrária inclui três sectores fundamentais: o sector agrícola, o sector pecuário e o florestal.

¹⁴ De acordo com a Política Agrária, *a expressão sector familiar é abrangente, descreve uma situação heterogénea, incluindo vários sistemas de produção organizados em bases culturais diferentes, de pequena e média escala, que utilizam ou não recursos familiares, mas também mão-de-obra e outros recursos adicionais para manter ou aumentar a sua produção, conforme as necessidades internas da família e as oportunidades comerciais que se apresentam.*

¹⁵ - Estimativas recentes indicam que a cifra de camponeses é de 3,3 milhões (Relatório de Inspeção de Finanças (2010).

¹⁶ Os dados apresentados referem-se aos que aparecem na Política Agrária, aprovada em 1995. Entretanto, ao longo do texto aparecem dados actualizados, em função dos documentos consultados.

1.1. OBJECTIVOS

Para a realização do presente estudo, de acordo com os termos de referência, foram definidos como objectivos:

- (i) Reflectir sobre as políticas no sector da agricultura e seu impacto na vida das comunidades rurais e dos camponeses
- (ii) Analisar o mecanismo de implementação e monitoria das políticas no sector da agricultura, assim como
- (iii) Propor medidas que estimulem a produção e a produtividade no sector, assim como garantir a soberania alimentr em Moçambique.

1.2. METODOLOGIA

O estudo observou os seguintes passos metodológicos:

- Revisão bibliográfica, que possibilitou a obtenção dos instrumentos e obras de referência, que permitiram a sistematização teórica da pesquisa;
- Trabalho de campo, que consistiu, basicamente, na realização de entrevistas e na observação directa.
- Análise dos resultados, tendo em conta a informação obtida nos documentos consultados e nos resultados das entrevistas;
- Por fim, foi feita a sistematização da informação em forma de relatório.

As entrevistas tiveram como população alvo as individualidades que têm a ver com o tema em causa, nomeadamente: gestores do sector da agricultura; dirigentes afectos às Administrações Distritais, aos Serviços Distritais das Actividades Económicas, Associações de Camponeses, ONG's e camponeses singulares.

Em termos temporais, o estudo procurou avaliar o período que vai desde o ano em que foram aprovadas a Política Agrária e as respectivas Estratégias de Implementação (1995), ao presente momento (2010). Levou-se em consideração este período por seguinte:

- Em 1995, o país estava praticamente a transitar da fase de emergência (do pós-guerra civil), altura em que muitas populações viviam a base de donativos de organizações internacionais), para a fase de desenvolvimento, em que se exigia do país, e das suas instituições, a criação de condições técnicas, humanas e materiais, assim como legais e financeiras, para que as acções conducentes ao tal desenvolvimento fossem executadas com a necessária harmonia.

- Para a área agrária, de 1995 a 2007, foram produzidos diversos instrumentos legais de orientação, normação e obrigação, com a finalidade de se dar um impulso positivo às acções planificadas.
- Tendo em conta que, passam 15 anos depois que a Política Agrária foi aprovada, julgamos ser este tempo um marco bastante substantivo, para se fazer uma avaliação sobre o impacto do processo de implementação de tais instrumentos.

Em termos de espaço geográfico, o estudo foi realizado na Cidade de Maputo; na Província de Maputo (Distrito de Moamba); na Província de Manica (Distrito de Gondola); Província de Sofala (Distrito de Nhamatanda) e na Província de Tete (Cidade de Tete).

Ao longo do relatório, apresentamos trechos das entrevistas concedidas pelas personalidades contactadas¹⁷, entretanto, não identificamos as fontes, por forma a não induzir os leitores a formularem avaliações parciais em função de quem concedeu a entrevista, e assim, atribuírem maior peso a umas, e menor peso a outras, pois, nosso objetivo não é esse, é sim, de fornecer uma informação imparcial, que reflecte o sentimento dos que são afectados pela Política Agrária.

Esperamos que cada leitor seja, ele mesmo, um crítico da Política Agrária, assim como ao relatório que se apresenta, em relação ao que se conclui, sobre o impacto da política no campo da produção agrária, com particular destaque para a agricultura.

1.3. DIFICULDADES ENFRENTADAS NA REALIZAÇÃO DO TRABALHO

Durante a realização do presente trabalho a equipa enfrentou algumas dificuldades, das quais umas foram prontamente contornadas, outras, infelizmente, acabaram por se tornar num constrangimento do trabalho.

A primeira grande dificuldade que a equipa enfrentou esteve associada ao limitado espaço temporal para a realização do trabalho, pois a equipa dispunha de cerca de 30 dias para realizar a pesquisa e produzir o relatório, porém, esta não foi das maiores, pois houve um empenho que fez com que este constrangimento não compromettesse o resultado final;

A seguida dificuldade, que foi a principal, esteve realacionada com a falta de disponibilidade dos dirigentes das instituições do governo, contactadas para as entrevistas, pois, estes nunca tinham tempo para receber os membros da equipa, alegadamente, por sobreposição de tarefas, o que, na nossa óptica, representa o desconhecimento de muitos dirigentes sobre o que representa uma pesquisa, para o desenvolvimento de uma sociedade como a nossa, que muito precisa da contribuição de todos.

¹⁷ - Para nós, todos os que se dignaram a conceder uma entrevista para o presente trabalho consideramo-los de *personalidades*, independentemente do cargo que ocupam na organização, ou de serem simples camponeses.

O terceiro constrangimento da equipa esteve relacionado com a falta de material de consulta sobre o assunto. Não significa que tal material não existe, mas a sua disponibilização por parte das instituições é que se afigura bastante burocratizada. Portanto, a questão ligada à disponibilidade dos entrevistados dos órgãos do Governo, e a longa procura de material de consulta, acabaram por afectar o tempo, que por si já era insuficiente.

Não obstante os constrangimentos registados, entretanto, foi notório o esforço e empenho dos integrantes da equipa, e o apoio incondicional de algumas entidades, o que tornou possível a realização do trabalho, cujo resultado é o presente relatório.

II- SOBRE A POLÍTICA AGRÁRIA

2.1. O posicionamento de Moçambique na escala de desenvolvimento humano

Para permitir que o leitor possa fazer um enquadramento deste estudo, no contexto do desenvolvimento dos países dos principais blocos a que Moçambique faz parte, apresentamos, neste capítulo, a posição de Moçambique no quadro mundial, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, uma referência de classificação de países como sendo de **desenvolvimento muito elevado, de desenvolvimento elevado, de desenvolvimento médio e de desenvolvimento baixo.**

Importa referir que o **Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH) consiste numa medida que apresenta a síntese dos diversos índices de desenvolvimento humano, quer dizer, mede os programas registados, em média, num determinado país, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- *Medição da esperança de vida à nascença, para dimensionar a qualidade de vida (uma vida longa e saudável);*
- *Nível de conhecimentos, medidos através da taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e da taxa de escolarização bruta combinada de ensino básico, secundário e superior (com ponderação de um terço);*
- *Um nível de vida considerado de digno, medido através do PIB per capita (em dólares americanos)¹⁸.*

Apesar de todos os recursos naturais que Moçambique possui, com uma população muito jovem, activa e trabalhadora, o seu posicionamento na escala mundial não é nada agradável, pois, dos 177 países constantes na lista do PNUD, publicada em 2005, Moçambique encontrava-se no lugar 168. Na relação publicada em 2010, Moçambique subiu apenas 3 lugares, colocando-se na posição 165. Esta posição que Moçambique ocupa na escala de desenvolvimento humano a

¹⁸- Relatório de Desenvolvimento Humano, 2007/2008.

nível mundial é preocupante, na medida em que Moçambique possui potencialidades enormes no seu solo, subsolo, nas suas florestas, águas marítimas, lacústres e fluviais, que muitos dos países colocados a cima de si na referida escala não possuem, tais como: Lesotho, Madagascar, Malawi, Timor Leste, São Tomé e Príncipe e Suazilândia. É de sublinhar que tal posicionamento de Moçambique na escala de desenvolvimento humano a nível mundial, coloca-o em último lugar a nível dos países da CPLP, e em antepenúltimo lugar entre os países da SADC, conforme ilustram as tabelas seguintes:

Tabela 1: : Países da CPLP

N/O	PAÍS	ÁREA E POSIÇÃO		OBS
		Acesso à educação	População em pobreza	
01	Portugal	40	*	Des. Muito elevado
02	Brasil	73	73	Des. Elevado
03	Cabo Verde	118	118	Des. médio
04	Timor-Leste	120	120	Des. médio
05	São Tomé e Príncipe	127	127	Des. médio
06	Angola	146	146	Des. Baixo
07	Guiné Bissau	164	164	Des. Baixo
08	Moçambique	165	165	Des. Baixo

* Sem informação

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2010)

Tabela 2: Países da SADC

N/O	PAÍS	ÁREA POSIÇÃO		OBS
		Acesso à educação	População em pobreza	
01	Maurícias	72	*	Des. elevado
02	Botswana	98	*	Des. médio
03	Namíbia	105	105	Des. médio
04	África do Sul	110	110	Des. médio
05	Suazilândia	121	121	Des. médio
06	Madagascar	135	135	Des. Baixo
07	Lesotho	141	141	Des. Baixo
08	Angola	146	146	Des. Baixo
09	Tanzânia	148	148	Des. Baixo
10	Zâmbia	150	150	Des. Baixo
11	Malawi	153	153	Des. Baixo
12	Moçambique	165	165	Des. Baixo
13	República Dem. do Congo	168	168	Des. Baixo
14	Zimbábue	169	169	Des. Baixo

* Sem informação

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 (PNUD, 2010)

A nível Mundial, Moçambique está à frente de Burundi (166), Níger (167), República Democrática do Congo e do Zimbabwe, todos do continente africano, dois dos quais membros da SADC, que enfrentam crises internas, é o caso do Zimbabwe, que já foi a segunda economia da África Austral, depois da África do Sul, e da República Democrática do Congo, um país com enormes recursos naturais, mas que vive uma crise interna prolongada!.

Os indicadores acima apresentados revelam, *per si*, o nível de cometimento das estruturas existentes e a fragilidade relativa ao processo de desenvolvimento das políticas públicas, no geral, políticas essas que têm um impacto enorme no seio das populações, das quais se destaca a Política Agrária, e outros instrumentos reguladores, tendo em conta que esta área é determinante para a qualidade de vida da maioria da população Moçambicana.

2.2. A Política Agrária e outros instrumentos normativos da Área Agrária em Moçambique

Em 1995, o Conselho de Ministros aprovou, através da resolução n 11/95, de 31 de Outubro, a Política Agrária e as respectivas Estratégias de Implementação, documento que se afigura como principal instrumento de orientação em relação às intervenções que devem ser feitas e as formas como tais intervenções devem ser conduzidas nas áreas de Agricultura, Pecuária e Floresta na República de Moçambique.

A partir da Política Agrária e as respectivas Estratégias de Implementação, foram desenhados diversos normativos de especialidade, para cada uma das áreas ou sub-sectores, procurando delinear os mecanismos e os devidos procedimentos dos actores intervenientes, em relação às matérias que cada instrumento aborda.

De referir que a Política Agrária e as respectivas Estratégias de Implementação constituem um documento meticulosamente bem elaborado, bastante refinado, integrando todas as variáveis fundamentais a serem levadas em consideração pelos actores que intervêm na área, para o desenvolvimento dos sectores agrícola, pecuário e florestal.

Este instrumento apresenta com a profundidade necessária as características da área agrária, os pontos fortes a serem tidos em consideração nas intervenções, e as fraquezas existentes no país, como elementos a serem superados, através dos planos, programas e projectos de implementação da política.

Por outro lado, além da Política, a área agrária possui uma diversidade de documentos legais e normativos, na sua maioria produzidos tendo como base de inspiração a Política Agrária, que apresentam um extraordinário rigor de sistematização dos problemas, e as possíveis soluções, o que faz com que a área agrária seja uma das poucas áreas de intervenção do Estado Moçambicano dotada de instrumentos jurídico-legais e de normas e orientação bastante avançados, e capazes de permitir que qualquer actor que queira intervir nesta área, à partida, se sinta amparado, em termos de instrumentos de orientação política e normativa.

Além dos instrumentos normativos, a área agrária possui planos desenhados com tamanha mestria que, se fossem implementados nos termos em que se encontram concebidos, poderiam, de facto, revolucionar a situação e o desempenho desta área, com destaque para a componente de agricultura, que é a que absorve a maior parcela da população moçambicana.

Em termos de exemplos de instrumentos de planificação deste sector, ou que tocam matérias ligadas à área agrária, temos a destacar:

- a) O conhecido Progama Nacional da Agricultura PROAGRI (I e II), instrumentos programáticos de acções, que incluem componentes que vão desde a capacitação institucional, a formação de pessoal, a investigação, até a extensão;
- b) O Plano Director de Extensão Agrária, outro instrumento que, em termos de riqueza de conteúdo, e de nível de esclarecimento da realidade moçambicana, em torno da qual tal plano está a ser implementado (?), se equipara à própria Política Agrária;
- c) A própria Estratégia da Revolução Verde que, apesar de ser bastante questionada, entretanto, apresenta aspectos bastante substantivos, referentes à sua operacionalização. São elementos enquadrados na própria Política Agrária, e que, se pudessem ser traduzidos na prática, o actual cenário que caracteriza o sector da agricultura¹⁹ seria ultrapassado.
- d) A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, um instrumento extremamente importante para a componente de Segurança Alimentar e Nutricional.
- e) Outro instrumento a destacar é a Estratégia de Desenvolvimento Agrário, que apresenta a área de extensão agrária como sendo das mais prioritárias do Ministério da Agricultura.

Importa sublinhar que, a clareza dos instrumentos existentes, possibilita que as entidades fiscalizadoras das atividades dos diversos operadores da área agrária, desenvolvam as suas actividades sem grandes constrangimentos. De igual modo, permite que os órgãos administrativos, responsáveis pelo cumprimento, ou por fazer cumprir as leis, normas e regulamentos nesta área, o façam com propriedade, tudo isso em prol do desenvolvimento da área agrária, nas suas diversas componentes, com a finalidade única de combater a pobreza, e promover o desenvolvimento das populações comunitárias, e, acima de tudo, do país.

Vários documentos consultados, como por exemplo: a própria Política Agrária, a Lei de Terras, o Plano Director de Extensão Rural, a Estratégia da Revolução Verde, dentre outros, são incisivos na apresentação da necessidade de intervenção na área agrária, com principal destaque para o sector da agricultura, como aquele que ocupa a maior parte dos moçambicanos.

Além dos instrumentos específicos, existem os instrumentos que orientam as acções do Governo, e que abordam a área agrária como das prioritárias, cujas acções têm um grande impacto na vida das populações deste país, é o caso do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA), e do Programa Quinquenal do Governo.

¹⁹ - O sector da agricultura está a atravessar uma espécie de crise, pelo facto de não estar a registar avanços significativos nos seus diversos sub-sectores: investigação, extensão, capacitação institucional, comercialização, dentre outros.

2.3. A Agricultura em Moçambique

Conforme nos referimos anteriormente, Moçambique possui uma população situada em torno de 20.366.795 habitantes²⁰, da qual cerca de 70% vive no campo. O país é essencialmente agrário, prática que ocupa a maior parte da sua população.

De acordo com os indicadores do PNUD (2010)²¹, Moçambique figura na lista dos países mais pobres do mundo, ocupando o lugar 165, num total de 169 países.

A pobreza tem a sua face mais visível nas zonas rurais, onde ela é mais acentuada, representando 55%, comparativamente com as zonas urbanas, onde ela representa 52%. De acordo com o Plano Director de Extensão Rural, esta pobreza que inside mais o campo “*é atribuída principalmente ao limitado desenvolvimento agrícola, ao desenvolvimento limitado dos mercados e aos baixos níveis de produtividade. O potencial agrícola não é devidamente convertido na geração de receitas e na criação de emprego de modo tangível*”²², o que exige da parte do Governo, das entidades privadas, associativas e dos produtores singulares, nova forma de abordagem do sector agrícola..

Dados publicados em Junho de 2010 referem que a pobreza em Moçambique não registou nenhuma redução, no período que vai de 2002 a 2008, sublinhando-se que esta (a pobreza) aumentou no seio dos maiores grupos de rendimento, onde se incluem os que se dedicam à agricultura²³.

De salientar que a agricultura desempenha um papel importante no âmbito do combate à pobreza, na geração de emprego rural e contribui para a segurança alimentar familiar e nacional, além de contribuir na redução da pobreza essencialmente rural, representando, em termos economicos, 20%, do PIB e 80% das exportações. Além disso, a nível do país cerca de dois terços da força de trabalho encontra-se neste sector, ocupando cerca de 90% das mulheres activas e 70% dos homens activos²⁴.

Os dados estatísticos referem que o sector da agricultura ocupa cerca de 3,3 milhões de pequenos produtores do sector familiar, com a dimensão média de 1,1 ha de campos de cultivo²⁵. Os índices de produção da maioria das culturas em Moçambique são baixos (Tabela 3). O uso de insumos modernos e da mecanização é bastante fraco, pois dos cerca de 3,3 milhões de produtores, apenas 3% usa fertilizantes ou pesticidas, 11% usa a tracção animal e apenas 5% usa sementes melhoradas. (PROAGR II, 2004; Relatório da Inspeção de Finanças, 2010).

²⁰ - INE (2007). De acordo com esta mesma fonte, em 1997 a população de Moçambique era de 17.242.240 (INE, 2001). (mais detalhes: www.ine.gov.mz)

²¹ - Dados constants no capítulo 2 do presente documento.

²² - Idem.

²³ - Relatório da Inspeção de Finanças, 2010.

²⁴ - Plano Director de Extensão Rural: 2007-2016, Maio de 2007; Relatório da Inspeção de Finanças.

²⁵ - PROAGR II. 2004: Strategy Document. Maputo: (Ministry of Agriculture and Rural Development). March, in Plano Director de Extensão Rural; Relatório da Inspeção de Finanças, 2010.

De salientar que a produção agrária depende, fundamentalmente, do sector familiar, que ocupa mais de 97% dos 5 milhões de hectares actualmente cultivados²⁶.

Em todo o país os níveis de produção e de produtividade agrária são baixos, além de que não há condições de conservação de produtos, e a rede de processamento, distribuição e comercialização de produtos agrários é bastante fraca, devido à limitada rede de infra-estruturas básicas (vias de acesso, armazenagem, indústrias de processamento, etc.).

O nível de uso da irrigação é muito baixo, o que faz com que a prática da agricultura seja dependente das condições climáticas.

Este sector é caracterizado também pela falta de serviços básicos para garantir o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

No que diz respeito à produção global da área agrária, o relatório de balanço do Plano Económico e Social (PES) de 2009 refere que o país registou um crescimento de apenas 4,2%, em 2009, contra 11% em 2008. Estes indicadores de crescimento são bastante reduzidos, para um país cujo índice de crescimento da sua população é de cerca de 2,6% ao ano, com taxas de fecundidade calculadas em cerca de 5 filhos por mulher²⁷, o que exige maior incremento da área agrária, tendo em conta que é ela que absorve a maior parte da população.

Tabela 3: Taxas de crescimento em (%)

VARIACAO DA PRODUCAO - em (%)				
Ramos de actividade		2008 BL	2009 PL	2009 BL
01	Agricultura, produção animal e silvicultura	10,5	16,9	8,6
02	Agricultura	11,0	14,9	4,2
03	Produção animal	12,7	40,9	47,7
04	Silvicultura	1,5	2,0	1,4
05	Pesca	27,0	5,0	-1,8
06	Indústria Extractiva	11,8	-0,2	22,3
07	Manufatura	-1,6	3,0	2,8
08	Comércio	12,8	6,0	7,9
09	Transportes e Comunicações	12,3	12,0	15,0

Fonte: MPD. Balanço do PES 2009.

De referir que os instrumentos legais que versam sobre a matéria ligada à área agrária, com particular destaque para o sector da agricultura, está espelhado o reconhecimento de que o país pouco tem feito para alterar o cenário de não aproveitamento das potencialidades que o sector da

²⁶ - Relatório da Inspecção de Finanças, 2010.

²⁷ - (INE)Censo Populacional de 2007; Programa Quinquenal do Governo (2010-2014).

agricultura oferece. Este reconhecimento é confirmado tanto pelos gestores de instituições que nele intervêm, assim como pelos camponeses, que são os principais actores, e ao mesmo tempo, vítimas da inoperância do sistema agrário. Aliás, o próprio documento de política agrária, aprovado em 1995, salienta este aspecto, quando refere que *“apesar do potencial relativamente grande, o desempenho do sector agrário na economia nacional tem estado abaixo das suas potencialidades”* (nº 6 da fundamentação).

A este respeito, vejamos o que alguns entrevistados referiram:

“A agricultura não tem o apoio que merecia. O governo faz pouco em relação ao que diz. Veja que eu pratico a agricultura em Tsanganó²⁸, uma zona extremamente rica deste país, região que produz maçã de grande qualidade sem produtos químicos, produz uva de excelente qualidade, produz batata reno, produz trigo...! Aquela terra tem um clima comparável aos países da Europa e pode produzir todo o tipo de cultura da Europa! Veja que no tempo colonial Tsanganó É que abastecia em hortícolas às cidades de Quelimane, Beira, Chimoio, Tete e outras. Havia a chamada Casa Angónia que dispunha de camiões para o transporte e tinha toda uma infraestrutura que facilitava o trabalho. Hoje em dia as autoridades não querem saber do apoio à agricultura. O Malawi subsidia os insumos agrícolas. Se não fosse o subsídio do Governo, os malawianos não produziriam as quantidades que conseguem por hectare. Entretanto, nós em Moçambique, os preços praticados na venda de consumíveis e insumos para a agricultura são exorbitantes. Veja quanto custa o quilo de fertilizante, o litro de gasóleo (...). Dizem que reduziram a tarifa de energia para o agricultor. Reduziram nada. Sabe quanto custa um poste de eucalipto para puxar energia para um campo de produção? Sabe quanto custa para a instalação de um posto de transformação de energia? O preço de gasóleo, apesar de ser inferior ao de gasolina, não é sustentável para o produtor moçambicano, que não beneficia de nenhuma linha de crédito para a prática da agricultura. Estes são alguns exemplos, mas há mais, uma produção agrícola precisa de apoio financeiro, e no nosso país não há bancos que apostam na agricultura, porque o governo não incentiva. Como esperar que a agricultura se desenvolva, e contribua no combate à pobreza, com este andar?” Entrevista concedida por um produtor da Província de Tete).

No mesmo diapasão, um grupo de camponeses do Distrito de Marávia, que encontramos na Cidade de Tete, onde se encontravam a tratar de assuntos de interesse na União Provincial de Camponeses de Tete, uma organização filiada à União Nacional de Camponeses (UNAC), afirmou o seguinte:

“Nós camponeses estamos a chorar, se não fosse a União Provincial de Camponeses de Tete que, com o apoio financeiro da Ajuda Popular da Noruega, ajuda-nos a nós camponeses de Marávia em formação, em sementes e outros pequenos apoios, não sabemos o que seria de nós. Na nossa zona a Direcção da Agricultura não se faz

²⁸ -Tsanganó é um Distrito da Província de Tete, bastante fértil, com extensas áreas para a prática da agricultura empresarial.

sentir. Só o pessoal da União Provincial de Camponeses é que nos visita, pelo menos uma vez em cada época agrícola nós recebemos visitas e apóiam-nos. Mas nós temos muitas dificuldades. Queremos produzir mas não temos apoio em trator. Temos muita terra fértil, mas trabalhar à base de enxada não ajuda nada. Outro problema está ligado à comercialização. O que nós produzimos acaba por apodrecer, ou vendemos na Zambia, a preço muito baixo. Outros colegas nossos, de Tsangano vendem seus produtos no Malawi, a um preço que não faz recuperar os gastos feitos. Estamos abandonados aqui!” (Grupo de 3 camponeses entrevistados na cidade de Tete).

De referir que o Governo, nas suas acções, parece, em algum momento, estar a dar um passo em frente e dois à rectaguarda. Vejamos a razão da nossa afirmação: o Governo criou, em 1995, o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze, o famoso GPZ, tendo sido indicada uma figura proeminente na arena política, mas, pouco conhecida a sua bagagem na área de desenvolvimento rural, ou mesmo de planificação, ou até de conhecimentos sobre a área agrária, para dirigir os destinos do GPZ. Esta figura teve como coadjuvantes directos alguns generais da Luta de Libertação de Moçambique, na reserva, em que se desconhece também a sua bagagem para gerir um gabinete responsável para a promoção do desenvolvimento de uma região cuja área é de 225.000 km², representando cerca de 27,7% da superfície do país, com uma população de 3.755.000 habitantes, o equivalente a 56% da população das 4 províncias abrangidas pelo vale do Zambezi (Tete, Manica, Sofala e Zambézia), e numa região onde se localizam as mais diversas riquezas do país (do subsolo, do solo, das águas)²⁹.

O GPZ, com a gestão que teve, não fez mais nada, senão criar uma espécie de poder paralelo³⁰, aos Governos Locais³¹, o que culminou numa relação insustentável. Este Gabinete, que se esperava que imprimisse o desenvolvimento da região do Vale do Zambeze, não fez mais nada, senão usar os fundos para fins políticos, conforme referem alguns trabalhadores, citados pelo jornal SAVANA, de 10 de Dezembro de 2010:

“Depois de 10 anos, só agora o Governo se está a aperceber de que o GPZ não funcionou? Então o Governo não tem gente para analisar suas políticas!. (...) O GPZ investiu muito na política aquando da sua implantação, sobretudo,, nos distritos em que a (...)”³² tinha resultados esmagadores, como Angónia e outros, em detrimento de estudos sobre as práticas das comunidades(...). Os resultados políticos (eleitorais)

²⁹ - In Jornal SAVANA, de 10/12/2010.

³⁰ - Entende-se aqui por Poder Paralelo como o exercício indirecto de poder, por parte de uma pessoa ou um grupo, e que, mesmo não sendo oficial, ou não sendo reconhecido, a sua acção acaba afectando a quem detem o poder oficial, pela influência e repercussão que o poder não oficial exerce, e arrasta para si toda uma série de atitudes e manifestações de aceitação e credibilidade, do que o indivíduo ou o grupo oficialmente indicado como sendo o detentor do poder oficial.

³¹ - Havia falta de harmonia entre os Governos Provinciais e Distritais com o GPZ, em matéria de planificação, tendo-se chegado a uma situação em que os Governos Distritais não cederem os seus planos ao GPZ, fazendo com que este trabalhasse com seus próprios planos. A situação extrema aconteceu quando o GPZ passou a implementar alguns projectos, o que tornou insustentável a relação com os governos locais (Idem).

³² - Refere-se a um determinado partido político da oposição que, por razões que têm a ver com a natureza do estudo, optamos por omitir o seu nome.

estavam no primeiro plano do que o desenvolvimento das comunidades(...). Eramos pagos (Pelo GPZ) ajudas de custo e tudo mais para fazer política. (...) Pagavamos dinheiro para pessoas desertarem, para fragilizar o partido” (Afirmações de um ex-colaborador do GPZ, in Jornal SAVANA, de 10/12/2010).

Esta é uma triste realidade, e constitui uma chamada de atenção que a política, assim como outros instrumentos normativos e de planificação da área agrária, e do sector de agricultura, em especial, vêm fazendo, por forma a que todos intervenientes, com particular destaque para o Governo, que é a entidade responsável pela promoção e monitoria da implementação de tais instrumentos, adopte medidas consistentes, adequadas e efectivas, por forma a que os instrumentos de orientação não sirvam apenas para consulta, nas bibliotecas públicas ou de universidades, mas que sejam instrumentos de dinamização de acções orientadas para o combate à pobreza, que continua a fustigar a maior parte dos moçambicanos, com acções sólidas na área agrária, particularmente na agricultura. Por outro lado, os relatos mostram que há uma incongruência gritante entre o que está plasmado nos instrumentos e a prática corrente, principalmente dos órgãos do Governo. Quantos outros exemplos não devem existir pelo país adentro, semelhantes ao que aconteceu com o GPZ?

2.4. Constrangimentos que afectam o sector da agricultura

Embora a maior parte da população se dedique à agricultura, este sector tem beneficiado de recursos do Estado bastante reduzidos. Paralelamente a este aspecto, a componente de recursos humanos qualificados, o fraco acesso à tecnologia, são alguns dos constrangimentos que afectam com certa severidade o sector da agricultura.

Importa referir que quase a totalidade da agricultura familiar não está mecanizada, utilizando, assim, técnicas de cultivo rudimentares, concretamente, o uso da enxada de cabo curto para as lavouras, dependência, por parte dos camponeses, das condições naturais do clima, não utilização de fertilizantes, dentre outros factores. Deste modo, apesar da produção da maior parte dos camponeses estar a registar aumento de quantidades de ano para ano, muitas vezes estes resultados não chegam a compensar os poucos recursos individuais investidos no processo de produção, o que condiciona à perpetuação da situação de miséria a que muitos camponeses se encontram. Mesmo os poucos agricultores que recorrem ao emprego da técnica, devido às razões mencionadas, e a uma ausência de um estabelecimento bancário capaz de fomentar a actividade agrária no país, tida como a base do desenvolvimento, não têm conseguido ter rendimentos satisfatórios.

Langa³³, comentando o Relatório da Inspecção de Finanças, no seu espaço de análise no Jornal "O País", refere o seguinte:

“A moderna Agricultura, a produtividade é assegurada pelo recurso a insumos agrícolas e à investigação científica. Na Revolução Verde de Moçambique, apenas 5% dos produtores, dos 3.3 milhões de explorações agrícolas existentes no país, usa sementes melhoradas e fertilizantes, e muitos destes poucos são produtores de tabaco e não de

³³ - Texto de Jeremias Langa, in Jornal “O País” de 22 de Outubro de 2010.

alimentos; 2% dos agricultores utilizam tractores e 11% tracção animal. O grosso dos agricultores continua a fazer agricultura com enxada de cabo curto e com preces para o divino ajudar no final da colheita. Assim, não há Revolução Verde que resista (e nem ministro, já agora)!”

Este autor refere ainda que

“(...) a extensão agrária, um braço importante para promover a produtividade agrária no país, tem uma desoladora abrangência de menos de 5% dos produtores, o que quer dizer que a maioria dos agricultores nunca viu um extensionista na sua machamba. A auditoria desmistifica outra mentira habitual dos números dos governantes sobre esta matéria: a imagem do impacto dos serviços de extensão é distorcida, pelo facto dos relatórios de desempenho tenderem a inflacionar a abrangência do sistema”³⁴.

O parque industrial do país, localizado, maioritariamente, nas cidades e nas sedes dos Distritos e vilas, encontra-se, na sua maioria, falido. Assim, a pouca produção excedentária dos camponeses, e dos pequenos agricultores, acaba por se deteriorar nas zonas de produção, por falta destas condições de processamento, e por outro lado, por falta de condições de escoamento, devido às condições das vias de comunicação. A este respeito, vejamos o que um dos entrevistados, no quadro deste trabalho, afirmou:

“(...)neste processo tridimensional, (...) a produção, distribuição e o processamento basta que uma componente falhe o sistema no seu todo fica comprometido, o que está a acontecer é que onde há produção encontramos problema de distribuição pela deficiência das vias de acesso e onde há condições para distribuição e processamento não há produção (Uma entrevistada numa das organizações visitadas).

A rede comercial que antes da guerra cobria praticamente todo o país, até o ano 2000 esta estava circunscrita apenas às sedes dos Distritos. Actualmente, apesar do Programa do Governo apresentar a expansão da rede comercial como prioridade do Governo, e esta componente encontrar-se destacada na Política Agraria e em outros instrumentos normativos, o que se nota é que tal expansão é bastante lenta. Além disso, os poucos operadores comerciais licenciados, que estão espalhados pelas zonas de produção, estão, na sua maioria, sem capacidades financeiras para operarem na comercialização dos excedentes dos camponeses. E não existe nenhuma instituição financeira capaz de estimular tal prática.

Assim, as populações do interior do país percorrem dezenas de quilómetros de distância a pé, ou de bicicleta, em busca de locais para a venda dos seus excedentes, os outros camponeses vendem seus produtos aos comerciantes ambulantes que, na sua maioria, impõem preços baixos, preços esses que acabam sendo aceites pelos camponeses, com o receio de não verem produtos a deteriorarem-se por falta de condições de conservação e armazenamento. Os que vivem ao longo das fronteiras, recorrem aos países vizinhos, onde vendem os seus produtos a preços extremamente baixos, e o que faz com que o país perca milhares de toneladas de produtos agrícolas por ano, em benefício daqueles países. Importa referir que, quantidades ilimitadas de milho produzido nos distritos fronteiriços de Niassa, Zambezia e Tete, são vendidos no Malawi

³⁴ - Idem.

sem nenhum controlo, outras quantidades são vendidas na Zâmbia e no Zimbábue; a batata reno e o trigo produzidos em Tete vão para o Malawi, dentre outros produtos. Por outro lado, no sul do país, muitos produtos agrícolas são importados da África do Sul (Francisco, 2010; produtor entrevistado na Cidade de Tete).

É de salientar que os camponeses do Distrito de Boane referiram que *“os comerciantes deste Distrito não participam na comercialização dos produtos agrícolas, assim, nós os vendemos localmente, ou os levamos a Maputo”* (Camponeses entrevistados no Distrito de Boane, Província de Maputo, Outubro, 2010).

Em Moamba os camponeses são da mesma opinião, em relação à falta de operadores comerciais, conforme ilustra o seguinte extracto de entrevista: *“Aqui não existe nenhum circuito formal de interacção entre os agricultores e os comerciantes, algumas pessoas de forma informal compram os produtos aos camponeses e vendem nos mercados locais”* (camponeses do Distrito de Moamba, Província de Maputo, Outubro, 2010).

A reforçar a afirmação dos camponeses, um dirigente entrevistado no Distrito de Moamba afirmou o seguinte, sobre o ponto de situação da cadeia de valores, na relação entre o produtor, o transportador (quem escoia), o industrial (quem processa) e o comerciante:

“Os nossos produtores estão mais virados para a produção e comercialização dos seus excedentes agrícolas no mercado grossista do Zimpeto. Alguns agricultores estão a unir-se em associações para o escoamento dos seus produtos. Seria bom que se criasse uma espécie de entrepostos comerciais que congregassem equipamentos de frio tal como esta-se a pensar, criar condições para a abertura da Frigo. E isso vai permitir que os vários intervenientes da cadeia de valores entrassem em contacto com a Frigo porque saberão que o produto que procuram está lá, para além de criar condições para a valorização em termos de preços dos produtos agrícolas locais. Ou seja um entreposto comercial irá regular o mercado” (Dirigente de uma instituição pública, Distrito de Moamba, Província de Maputo, Outubro, 2010) .

Sobre a mesma questão, outro dirigente entrevistado no Distrito de Boane, Província de Maputo, afirmou: *“O que se verifica neste momento é a falta de processamento da produção porque o nosso camponês produz não consegue colher e vender tudo o que produz”*.

Como se pode notar, uma das grandes fraquezas da área agrária, em geral, e do sector agrícola, em particular, está na relação entre a produção, escoamento, conservação, processamento e comercialização, se tivermos em conta que esta cadeia, para se tornar efectiva, há que se empreender esforços conjugados para a criação de condições em cada domínio, incluindo a rede de estradas, para o escoamento dos produtos das zonas de produção às de comercialização, ou de processamento, para que o sistema possa funcionar efectivamente. Vejamos a apreciação de um dirigente de uma associação, na Província de Sofala:

“As vias de acesso são bastante deficitárias para que esta cadeia de valor possa funcionar. Em grande parte da nossa Província quando se está no tempo chuvoso é muito difícil transitar, enquanto que noutras zonas este não é nenhum problema”

(Dirigente de uma associação na Província de Sofala, entrevistado na Cidade da Beira, Outubro de 2010).

Esta situação verifica-se um pouco por todo o país, e afecta, sobremaneira, nos esforços de combate à pobreza, visto que a agricultura é tida como o pólo de desenvolvimento, além de interferir negativamente na segurança alimentar.

Embora os instrumentos normativos e os planos do sector da agricultura se refiram da autosuficiência alimentar, importa sublinhar que, a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional I, que foi substituída pela Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional II (2007), tinha como um dos princípios o factor de auto-sustentabilidade, e não a auto-suficiência. Conforme aquele instrumento, enfatizava-se a

"auto-sustentabilidade, e não de auto-suficiência. (...) a diferenciação aqui seria(...), a auto-suficiência seria mais ou menos como assegurar que o país produzisse tudo o que precisa para a sua alimentação, e que as zonas deficitárias fossem abastecidas com base nos excedentes das zonas excedentárias(...). Mas o que prevaleceu foi que, nós devemos seguir o princípio da auto-sustentabilidade, (...) admitindo a possibilidade de que as zonas de uma alta produção abaixo custo possam eventualmente exportar esta produção se for mais vantajoso. Porque o custo actual de transporte de milho, por exemplo, do norte para o sul, é muito elevado, portanto, o milho(...), chega a Maputo a um preço muito superior ao preço de importação. (...) o que a estratégia recomenda é que deve-se aceitar que nas zonas onde há excesso de produção, possam realizar a exportação e, nas zonas onde há falta de produção, as mercadorias possam ser importadas, se assim for mais barato, do que ficar a transportar produtos de uma zona para outra”³⁵.

Conforme aquele instrumento, numa das alíneas do ponto 2.2 estava expresso que:

“a estratégia assume que na prossecução da segurança alimentar, o Governo segue uma política de auto-sustentabilidade. Considera-se que a máxima eficiência económica e produtividade no seio da economia alimentar esteja no centro da política do Governo. Deste modo, a assumpção subjacente é a de que a longo prazo a melhor garantia da segurança alimentar é o aumento dos rendimentos através do crescimento económico. O comércio é o motor do crescimento económico e os rendimentos dos pequenos produtores e dos consumidores vai crescer mais rapidamente se os produtos que produzem e consomem estiverem totalmente integrados nos mercados nacional, regional e internacional”³⁶.

³⁵ - Francisco. Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua compreensão crítica. 2ª edição. Editora BS. Maputo, 2010.

³⁶ - Estrategia de Segurança Alimentar e Nutricional (1998).

Por que fazemos a referência à estratégia que já foi substituída por outra? A razão é a seguinte: na Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional II³⁷, referente ao período que vai de 2008 a 2015, não faz referência àquele princípio, entretanto, apresenta, na fundamentação, a questão ligada à produção e disponibilidade. A este respeito, a ESANII refere o seguinte:

“A ESAN II reconhece a necessidade de incrementar a produção local de alimentos adequados para cobrir as necessidades nutricionais em termos de quantidade (energia) e qualidade (que assegure todos os nutrientes essenciais). Porém, a disponibilidade de alimentos assegura-se não apenas através da produção para o auto-sustento da população, como também por meio de importações líquidas (incluindo ajuda alimentar), deduzidas as perdas e outras utilizações para fins não alimentares”³⁸.

Tendo sido uma prática recorrente, que prevalece, a importação de produtos para abastecer certas zonas deficitárias do país, quando em outras zonas regista(va)m a existência de produtos a se deteriorarem, por falta de operadores comerciais, seria fundamental a clarificação desta questão de ter que se importar produtos, quando os mesmos existem algures deste país.

No que se refere às infra-estruturas comerciais, conforme Francisco (2010), alguns esforços das associações comunitárias conseguem minimizar a sua carência, na medida em que, com o apoio de alguns programas desenvolvidos pelo governo, ou parceiros, as associações instalam cantinas comunitárias, moagens para farinação de milho, máquinas para descasque de arroz, prensas para fabrico artesanal de óleo alimentar, dentre outros serviços, entretanto a cobertura destas iniciativas é menor, em relação ao volume de necessidades, apesar de trazerem um impacto extremamente positivo para a vida das populações beneficiárias, nos locais onde os mesmos projectos se encontram instalados.

Outro constrangimento é que, apesar de todas previsões contidas na política, nas estratégias e nos planos, o potencial agrícola do país ainda não está a ser devidamente convertido na geração de receitas e na criação de emprego, embora o desenvolvimento agrícola, seja visto como fundamental para a redução da pobreza, pois as famílias rurais geram cerca de 80% da sua renda a partir do sector agrícola, enquanto os restantes 20% têm uma ligação forte com a economia local³⁹

Em relação a produtos alimentares, embora os indicadores de produção mostrem que a tendencia desta é de crescer anualmente, entretanto, os índices desta produção da maioria das culturas em Moçambique são baixos (Tabela 4). O uso de insumos modernos e da mecanização é praticamente inexistente (menos de 2% dos produtores usa fertilizantes ou pesticidas, 5% usa a tracção animal e menos de 10% usa alguma forma de equipamento agrícola)⁴⁰

³⁷ - Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional, 2007.

³⁸ - Idem.

³⁹ - TIA 2002, in Plano Director de Extensão Agrária 2007-2016; Plano Director de Extensão Rural: 2007-2016, Maio de 2007.

⁴⁰ PROAGRI I, 2004; in Plano Director de Extensão Agrária 2007-2016; Relatório de Inspeção de Finanças.

Tabela 4: Níveis de Produção das Principais Culturas

Nº	Culturas	Produção Em T/ ha
	Milho	0,9
	Mandioca	5,5
	Sorgo	0,6
	Legumes	0,45
	Amendoim	0,5
	Arroz	1,1
	Coco	4,2

Fonte: Plano Director de Extensão Agrária 2007-2016

Salientamos que um dos grandes constrangimentos do sector de agricultura está na produção familiar, que é basicamente de subsistência, pois esta é caracterizada por ser de baixa produtividade, e os agregados familiares apresentam uma capacidade limitada de geração de poupanças e permanentemente vivem uma situação de insegurança alimentar.

Tabela 5: Evolução da produção agrícola e das áreas semeadas se culturas básicas, 2004 – 2008

Produto	Área Semeada (1000 ha)					Producao (1000 Tn)				
	Ano					Ano				
	2004	2005	2006	2007	2008	2004	2005	2006	2007	2008
Milho	1394	1440	----	1664	----	1060	942	1395	1134	1265
Mapira	530	530	----	406	----	153	115	202	167	184
Mexoeira	112	95	----	07	----	18	15	22	25	24
Arroz com casca	184	191	----	358	----	91	65	98	103	100
Feijao	436	451	----	676	----	193	201	198	211	202
Amendoi descascado	300	310	----	322	----	90	93	85	101	58
Mandioca	1071	1106	----	856	----	5051	5353	6659	4959	5809

Fonte: INE, 2010 (Minis. da Agricultura - Dir. de Economia - Depart. de Estatística)

2.4.1. Factores referentes à monitoria

O documento de Política Agrária e as respectivas Estratégias de Implementação apresenta, na parte final, cerca de 5 mecanismos de seguimento da sua implementação (acções de monitoria), respectivamente:

- Elaboração de programas detalhados, assim como o estabelecimento de orçamentos sub-sectoriais, de âmbito nacional e local;

- Criação de mecanismos institucionais que permitam a elaboração e execução de programas de âmbito local, à responsabilidade dos órgãos respectivos, tendo como base o envolvimento das comunidades e sociedade civil no suporte a esses programas;
- Consideração dos recursos localmente disponíveis, nos processos de elaboração e execução dos programas de âmbito local;
- Definição, com maior profundidade, as regiões agro-ecológicas e as correspondentes práticas agrárias recomendadas;
- Continuação da coordenação com outros Ministérios e instituições de desenvolvimento rural, para o enquadramento da Política Agrária nos seus programas de intervenção rural.

Além da política, outros documentos orientadores da área agrária fazem referência à importância da monitoria de acções. Como exemplo, temos o Plano Director de Extensão Agrária (2007-2016)⁴¹, que refere o seguinte:

“A capacidade de monitoria e avaliação do serviço de extensão pública vai ser reforçada e consolidada a todos os níveis e será integrada no Sistema de Monitoria do MINAG para o desempenho do PROAGRI II. Embora os indicadores chave tenham sido estabelecidos para a Extensão Agrária pública no PARPA e no PES, indicadores mais detalhados da Extensão Agrária terão ainda de ser desenvolvidos e quantificados (...). O PARPA II foi recentemente definido pelo MINAG, mas terá de ser desenvolvido ainda mais para permitir uma monitoria adequada e realista assim como a recolha de dados ao nível provincial e distrital, dados que também poderão ser verificados e inspeccionados. O número de agregados assistidos inclui todos os outros indicadores, que são apenas ilustrativos e não são cumulativos e.g. agregados das associações assistidas fazem parte do total dos agregados assistidos”.

Entretanto, por aquilo que está a acontecer no terreno, (confirmado pelo relatório da Inspeção de Finanças (2010)), tudo indica que tal reforço da monitoria a todos os níveis vai demorar, perpetuando, assim, a fraca capacidade de monitoria dos programas do sector da agricultura, condicionada, tal fraqueza, a um conjunto de situações apresentadas, que vão desde a fraca capacidade de recursos humanos (em qualidade e quantidade), poucos recursos financeiros, materiais, e falta de meios de transporte, dentre outros, para a realização de tais actividades ao nível do Distrito (desenvolvimento do assunto no ponto relativo à extensão agrária).

Aliás, a pirâmide, a nível do Ministério da Agricultura, assim como a nível de todo o Aparelho de Estado, está invertida, tanto em termos de recursos humanos, financeiros, materiais, dentre outros: a base está situada na parte de cima (no Ministério), e o topo esta na parte de baixo (no

⁴¹ - Ministério da Agricultura, 2007.

Distrito), onde devia, em princípio, ser o local que deveria, por hipótese, reunir a maior parte de meios possíveis para a implementação dos programas, em prol das populações.

2.4.2. Factores ligados à Planificação e Financiamento na área agrária

2.4.2.1. A Influência da dependência económica do país na agricultura

Salientamos que Moçambique depende em grande medida de recursos externos, situados em dois escalões:

- Ajuda internacional
- Investimento estrangeiro.

Muitos programas desenhados pelo Ministério da Agricultura dependem de financiamentos externos para a sua viabilização. Se ocorre algum atraso na disponibilização dos recursos por parte dos doadores, a campanha de uma determinada época pode ser posta em causa. A este respeito, o relatório da Inspeção de Finanças, produzido pela Empresa EUROSIS, em Agosto de 2010, no quadro do apoio orçamental da comunidade internacional a Moçambique, para medir o impacto de tal apoio, refere que. *os fundos do Programa de Agricultura (PROAGRI), normalmente, não estão disponíveis no período agrário com maior intensidade, de Janeiro a Abril.*

O relatório faz referência da existência de grandes atrasos, relativos à disponibilização dos fundos externos, que às vezes são transferidos em Novembro ou Dezembro, devido à dependência das auditorias externas atrasadas e a burocracia dos países doadores.

Em relação à planificação, o relatório da Inspeção de Finanças (2010) refere que os actuais sistemas de planeamento e orçamentação do MINAG são insuficientes, tendo sido constatado que, o problema crucial prende-se à falta de interligação do planeamento e acompanhamento, em termos físicos, do Plano Económico e Social (PES), com o orçamento e a execução orçamental em termos monetários, incluindo os projectos de desenvolvimento, o que faz com que não existam indicadores chave de desempenho nas áreas de economia, eficiência e eficácia. Esta situação inibe o diálogo orçamental e financeiro, a gestão por resultados e a análise do desempenho⁴².

Outro constrangimento ligado ao sistema de planeamento diz respeito ao próprio sistema orçamental que se afigura demasiadamente inflexível e orientado para o controlo das despesas, sem possibilidades formais de obter facilidades de poupança ou de crédito no fim de cada ano, o que dificulta as actividades em curso no final do ano, facto este que tem um grande impacto para as actividades e projectos agrícolas.

⁴² - Relatório da Inspeção de Finanças (2010).

Em relação à execução orçamental, o relatório da Inspeção de Finanças (2010) refere que em 2009 o Ministério da Agricultura (incluindo as Direcções Provinciais da Agricultura e os Institutos), recebeu do Estado um orçamento na ordem de 3,3% do total do Orçamento do Estado. O orçamento de investimento foi de 5,7% do investimento total do Estado. Entretanto, o sector agrícola tem uma alta prioridade e um aumento orçamental forte, e o seu orçamento total aumentou 36%, de 2007 à 2009 e os investimentos aumentaram 50% durante o mesmo período. Porém, uma das fraquezas que se regista no MINAG tem a ver com os níveis de execução orçamental que são bastante baixos, o que faz com que seja complicado

“falar sobre a falta de recursos quando a execução orçamental ainda é muito baixa e a capacidade dos distritos de gerir projectos de desenvolvimento é insuficiente. É também, difícil estimar os recursos quando não existe uma ligação económica entre os termos físicos e os termos monetários, ou seja entre PES e os fundos estimados”⁴³.

Tabela 6 : Percentagem de Orçamento do Estado Alocado ao MINAG em 2009

Tipo de despesas	MINAG	OGE	%AGR	EX.MINAG
Funcionamento	472.762	50.689.476	0,9%	100%
Investimento	2.775.892	47.452.613	5,8%	69%
Investimento interno	792.279	13.446.575	5,6%	100%
Investimento externo	1.983.613	34.006.038	5,8%	57%
Total	3.248.654	98.142.089	3,3%	74%

Fonte: Relatório da Inspeção de Finanças (2010)

2.4.2.2. **Incongruências no financiamento à agricultura**

O financiamento destinado à agricultura em todas as modalidades, é aplicado de forma desarticulada, muitas vezes, sem prestação de contas e avaliação dos resultados no terreno, o que justifica o fracasso da “Revolução Verde” e do Plano de Acção de Redução da Pobreza (PARPA)⁴⁴.

De acordo com o relatório que temos vindo a citar, refere ainda que, outro problema de gestão é a existência de grandes projectos inscritos no Orçamento Externo de 2009 na Direcção de Serviços Agrários (389.517.056MT), que não tiveram qualquer execução. Isto significa que, com este exemplo, de apenas um ano, pode-se supor que, do ano em que a Política Agrária foi aprovada (1995), ao presente momento, o sector da agricultura sempre beneficiou de fundos externos cuja execução esteve sempre aquém do desejado, o que constituiu, eventualmente, um dos grandes constrangimentos para se avançar nas metas constantes nos planos desenhados, em função da Política Agrária e das diversas estratégias existentes. O que é que isso representa para as populações que dependem da agricultura? E em relação ao almejado desenvolvimento deste

⁴³ - Relatório da Inspeção de Finanças (2010).

⁴⁴ - Texto de Jeremias Langa, in Jornal “O País” de 22 de Outubro de 2010.

sector, que implicações tal situação traz? Representa menos recursos para o desenvolvimento do sector da agricultura, o que significa que está a pôr-se em causa a implementação cabal da Política Agrária. Aquem interessa isso? Vejamos as tabelas seguintes:

Tabela 7: Percentagem de Execução do MINAG (2007- 2009) (Orçamento = 100)

Níveis	Anos								
	2007			2008			2009		
	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total
Central	52,3	39,1	39,8	94,2	57,7	63,8	99,9	28,9	55,9
Institutos	66,2	54,5	55,8	52,6	50,7	51,3	100,00	73,9	79,6
Provincial	68,7	50,4	51,9	31,1	69,9	59,2	99,8	76,1	80,9

Fonte: Relatório da Inspeção de Finanças (2010)

Tabela 8: Orçamento de Investimento do MINAG 2007 – 2009

MINAG: ORÇAMENTO INVESTIMENTO (1000 Mtn)									
Níveis	2007			2008			2009		
	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL
Central	34.913	628 022	662 935	161 664	810 240	971 904	482 785	790 231	1 273 016
Institutos	29 .498	236 879	266 377	194 377	387 362	581 739	118 432	427 457	545 889
Provincial	76 313	841 229	917 542	275 514	724 068	999 582	191 062	765 925	956 987
	140 724	1 706 130	1 846 854	631 555	1 921 670	2 553 225	792 279	1 983 613	2 775 892

Fonte: Relatório da Inspeção de Finanças (2010)

Tabela 9: Execução do Orçamento de Investimento do MINAG 2007 -2009

MINAG: EXECUÇÃO INVESTIMENTO (1000 Mtn)									
Níveis	2007			2008			2009		
	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL
Central	18 262	245 676	263 938	152 257	467 442	619 699	482 294	228 743	711 037
Institutos	19 539	129 109	148 648	102 210	196 276	298 486	118 462	315 807	434 269
Provincial	52 425	423 938	476 363	85 771	506 035	591 806	190 678	583 164	773 842
	90 226	798 723	888 949	340 238	1 169 753	1 509 991	791 434	1 127 714	1 919 148

Fonte: Relatório da Inspeção de Finanças (2010)

Tabela 10: Orçamento Investimento MINAG Índice 2007-2009 (2007 = Índice 100)

MINAG: ORÇAMENTO INVESTIMENTO (1000 Mtn)									
Níveis	2007			2008			2009		
	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL
Central	100	100	100	463	129	147	1 382	126	192
Institutos	100	100	100	658	163	218	401	180	204
Provincial	100	100	100	361	86	109	250	91	104
	100	100	100	449	113	138	563	116	150

Fonte: Relatório da Inspeção de Finanças (2010)

Tabela 11: Percentagem de Execução do MINAG 2007-2009

MINAG: % Execução (Orçamento = 100)									
Níveis	2007			2008			2009		
	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL
Central	52,3	39,1	39,8	94,2	57,7	63,8	99,9	28,9	55,9
Institutos	66,2	54,5	55,8	52,6	50,7	51,3	100,0	73,9	79,6
Provincial	68,7	50,4	51,9	31,1	69,9	59,2	99,8	76,1	80,9
	64,1	46,8	48,1	53,9	60,9	59,1	99,9	56,9	69,1

Fonte: Relatório da Inspeção de Finanças (2010)

Tabela 12: Distribuição do Orçamento Interno e Externo do MINAG 2007-2009

MINAG % Interno – Externo Orçamento									
Níveis	2007			2008			2009		
	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL
Central	5,3	94,7	100	16,6	83,4	100	37,9	62,1	100
Institutos	11,1	88,9	100	33,4	66,6	100	21,7	78,3	100
Provincial	8,3	91,7	100	27,6	72,4	100	20,0	80,0	100
	7,6	92,4	100	24,7	75,3	100	28,5	71,5	100

Fonte: Relatório da Inspeção de Finanças (2010)

Importa salientar que as conclusões do estudo que temos vindo a citar referem que as instituições ligadas ao Ministério da Agricultura apresentam níveis preocupantes de fragilidades organizacionais, como, por exemplo:

- No Sector Agrário não existe um conhecimento fiável sobre a produção ou o rendimento das culturas;
- Não é possível avaliar os efeitos das acções implementadas relativamente aos aumentos da produção e rendimento porque o Estado não sabe sequer a quantos camponeses distribui os insumos agrícolas⁴⁵.

Conforme Langa,

“O MINAG não é capaz de responder à pergunta sobre que resultados alcança com os fundos que recebe, pela simples razão de que não tem um sistema eficaz de recolha e processamento de informação. Por conseguinte, não tem dados sobre a evolução da produtividade das culturas, não tem evidências sobre a produção e rendimentos do sector familiar, que representa 97% dos agricultores. Não é, em última análise, possível analisar a eficácia e eficiência do seu trabalho, pela inexistência de informação que associe os recursos com os resultados e o impacto, quer do PROAGRI quer do PAPA. Quer isto dizer que, ao contrário do que sucede noutros sectores, o problema do MINAG não é a falta de dinheiro. Aliás, um dos pontos fortes que a auditoria atribui ao MINAG é que tem estado a aumentar os recursos que lhe são atribuídos para cobrir planos, programas e

⁴⁵ - ibidem

projectos, bem como a sua capacidade de atrair fundos externos. O seu problema é, antes, de gestão ineficiente dos recursos que recebe para os seus projectos de desenvolvimento. É indicativo disso o facto de a utilização do orçamento para as províncias ser muito baixa, tendo sido 36% em 2007, 68% em 2008 e 59% em 2009, existindo grandes diferenças na percentagem de execução entre as províncias⁴⁶”.

O Relatório da Inspeção de Finanças (2010) indica ainda a existência de fraquezas no controlo da receita. Como exemplo, refere-se que a recuperação do crédito de semente, na campanha 2008/09, foi inferior a 1%, o que é uma situação lamentável. Regista-se falta de rigor na gestão do equipamento disponibilizado aos produtores, em forma de empréstimo ou donativo, no quadro do PAPA.

Outra fraqueza identificada na gestão do sector agrícola está ligada à falta de sistemas de informação para interligar o desempenho planeado e o executado, em termos físicos, com o orçamento e os relatórios.

“Não existem esforços sistematizados e contínuos para analisar os resultados, investigar as causas dos desvios do plano e, simultaneamente, desenvolver custos-padrão para melhorar, continuamente a base de cálculo, obter melhor informação para o planeamento e orçamento, analisar os custos e elaborar um conjunto de indicadores que envolvam a economia, eficiência e eficácia”⁴⁷.

2.4.2.3. Ausência de análise de resultados na área Agrária

Uma outra fraqueza registada na gestão da área agrário, está ligada à falta de sistemas de informação para interligar o desempenho planeado e o executado, em termos físicos, com o orçamento e os relatórios, em termos monetários. Esta situação inibe fortemente a gestão por resultados e a análise do desempenho.

A ausência deste tipo de informação não possibilita a existência de uma linguagem comum, capaz de ser usada para a promoção da integral das acções da área agrária. Além disso, a ausência deste tipo de informação faz com que não haja coordenação, entre os diversos sectores do ministério, e a gestão fica sem ferramentas para monitorar e controlar o desempenho sectorial.

Regista-se ainda a

“Falta a capacidade orientada, à análise dos dados contabilísticos, mas também dos dados provenientes de outras fontes, como informação dos recursos humanos e dados da produção e serviços disponibilizados aos beneficiários e falta, também, uma utilização adequada das TIC, como suporte ao processo de tomada de decisões. Não existem esforços sistemáticos para,

⁴⁶ - Ibidem.

⁴⁷ - Relatório da Inspeção de Finanças (2010)

através de análises contínuas dos resultados, investigar as causas dos desvios do plano e, simultaneamente, desenvolver custos padrão para melhorar continuamente a base de cálculo e obter melhor informação para o planeamento, orçamento e análise de custos”⁴⁸.

2.4.3. Sobre a Revolução Verde

A Estratégia da Revolução Verde no país tem como objectivo principal promover o aumento da produção e da produtividade dos pequenos produtores, por forma a se garantir uma maior oferta de alimentos, de uma forma competitiva e sustentável.

Conforme o Relatório da Inspeção de Finanças (2010)⁴⁹ só 3% dos agricultores utiliza fertilizantes químicos e isso em grande parte para tabaco. Enquanto que 2% dos agricultores utiliza tractores e 11% utiliza tracção animal. Além disso, é possível constatar uma redução da utilização de irrigação, fertilizantes químicos e pesticidas (Vide a tabela seguinte).

Tabela 13: Percentagem de utilização de Insumos no âmbito da Estratégia da Revolução Verde

N/O	Insumos	Anos						
		1996(%)	2002(%)	2003(%)	2005(%)	2006(%)	2007(%)	2008(%)
01	Irrigação utilizada	4	11	6	6	8	8	3
02	Tracção animal utilizada	7	11	11	9	12	11	11
03	Fertilizantes químicos utilizados	1	4	3	4	5	4	3
04	Pesticidas utilizados	_____	7	5	5	5	75	3
05	Membro de associação de produtores	_____	4	4	6	7	8	7
06	Recebeu vistas de extensionistas	_____	14	13	15	12	10	8
07	Empregados permanentes utilizados	_____	2	2	2	2	3	3
08	Empregados temporários utilizados	_____	16	16	18	245	21	19

Fonte: Relatório da Inspeção Geral de Finanças, 2010.

Embora tido como base do desenvolvimento sócio-económico em Moçambique, com cerca de 3,5 milhões de agricultores estimados pelo TIA em 2007 (incluindo os pequenos produtores, que são cerca de 3,3 milhões), o desempenho do sector agrário está muito aquém dos seus intentos.

Para que a Estratégia da Revolução Verde alcance os objectivos almejados, há que se encontrar mecanismos de incremento da assistência aos produtores, desde os pequenos camponeses aos produtores empresariais, nas componentes de insumos, extensão agrária mais proactiva, no investimento à investigação, na ampliação das capacidades de irrigação do país, no melhoramento e ampliação das condições de processamento, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos agrários, na melhoria da rede de comunicação, etc., em resumo, é preciso um grande investimento na área agrária. Porém, a actual realidade mostra que a

⁴⁸ -Relatorio da Inspeccao Geral de Financas (2010), in Jornal SAVANA, de 22 de Outubro de 2010.

⁴⁹ - Idem.

agricultura é uma actividade que contém muitos riscos, baixo rendimento e uma alta vulnerabilidade relacionada com o clima. Assim, não existe muito interesse em se investir neste sector por parte das entidades financeiras, e parece não haver muito interesse por parte dos órgãos do Governo em se alterar tal quadro, o que faz com que os produtores se sintam numa situação de isolamento.

Para ilustrar o nível de dificuldades que enferma o sector agrícola, e põe em causa toda a filosofia da Revolução Verde, um produtor de Tsangano, Província de Tete, referiu que ele possui no seu armazem cerca de 15 toneladas de milho da época passada (2008-2009), e não tem mercado para a sua colocação. Aquele produtor referiu ainda que

*"Os governantes, que deviam ser as pessoas mais preocupadas em buscar meios de apoio aos intervenientes em toda a cadeia que envolve a produção, até o transporte e comercialização, são eles os primeiros a desestimularem os que apostam na produção agrícola. Veja que eu fui visitado por um dos Ministros da Agricultura deste país, na minha área de produção. Depois da visita, quando parecia satisfeito com o meu trabalho, ao se despedir de mim, da minha família e trabalhadores, com a sua mão apertada à minha, ele afirmou o seguinte: **"meu caro, a agricultura é aquela ocupação que permite que se empobreça de uma forma divertida e alegre!"**. Que recado é este transmitido por um dirigente máximo de um sector crucial no combate à pobreza deste país, o sector chave, que cobre a maioria dos moçambicanos? (Produtor de Tsangano, Tete, Novembro de 2010)*

O mesmo produtor referiu ainda que

"o Governo encerrou o Gabinete do Vale do Zambeze, e no seu lugar não foi criado nenhum outro órgão, para dar continuidade aos trabalhos que aquele gabinete estava a desenvolver junto de milhares de camponeses das quatro províncias do centro do país, além de ter votado muitos colaboradores no desemprego. Então desenham-se políticas muito bonitas, mas a sua implementação é posta em causa pelo próprio governo. É preciso apostar-se também em pessoas certas, para que as coisas possam funcionar. (Produtor de Tsangano, Tete, Novembro de 2010)

Houve tempos em que os produtores, reunidos em associações, adquiriam os insumos agrícolas (maquinaria, e outras necessidades para a produção), por crédito da banca estatal, a custos subsidiados. *"Existiu também maior segurança na comercialização da produção através de preços regulados com a intervenção da empresa estatal Agricom"*⁵⁰.

A Estratégia da Revolução Verde poderá fracassar, se medidas sérias não forem tomadas, que incluem:

⁵⁰ - Idem.

- A capacitação técnica, humana, financeira, material dos sectores envolvidos na coordenação das acções da área agrária a nível da base,
- O melhoramento dos serviços de extensão agrária,
- O melhoramento e a ampliação da rede de infra-estrutura de irrigação,
- O incremento do uso de insumos,
- A criação de condições de conservação, processamento, distribuição e comercialização dos produtos agrários.

2.4.4. Sobre a Irrigação

De acordo com a Política Agrária, Moçambique possui cerca de 3,3 milhões de hectares irrigáveis, e em 1995, altura em que a referida política foi aprovada, apenas 50.000 hectares eram irrigados.

A Política Agrária refere que, no âmbito do desenvolvimento de infra-estruturas, é de particular importância a maximização da utilização dos sistemas de regadio existentes e promoção da utilização do potencial de irrigação, prestando particular atenção às regiões agro-ecológicas. Nesta base, a Política Agrária estabelece as seguintes estratégias:

- i) A reabilitação e manutenção dos regadios existentes e criação de condições para melhoria da sua gestão e utilização, com base no investimento público, aplicação de fundos de fomento e promoção de investimento privado;*
- ii) A rentabilização dos sistemas de regadio financiado pelos fundos públicos, com vista a obter retornos para a sua manutenção e reinvestimento em novos empreendimentos;*
- iii) A conclusão com a necessária adequação em termos de concepção, dimensão, utilização e gestão, dos regadios já iniciados, envolvendo-se neste processo os potenciais utilizadores;*
- iv) O fomento de construção, pelo sector privado, de esquemas de irrigação para utilização individual ou colectiva, permitindo ao sector privado a rentabilização por aluguer e venda das infra-estruturas;*
- v) A recuperação e desenvolvimento de regadios de pequena escala onde for possível, através do envolvimento das populações locais na sua construção, manutenção e gestão;*
- vi) O desenvolvimento de esquemas de capacitação e armazenamento das águas das chuvas para fins agrários, envolvendo técnicas de baixo custo, com envolvimento das comunidades.*

Não tendo sido construídos novos sistemas de irrigação, estudos recentes mostram que o actual uso e aproveitamento dos sistemas de irrigação é muito baixo sendo uma das razões o fraco envolvimento dos beneficiários no processo de planificação e execução dos projectos de rega. Como exemplo, na campanha agrícola 2009-2010 o país contava com 27.032 hectares⁵¹, o que equivale a 54% da área total irrigável, o que é muito pouco para um país que elegeu a agricultura como a base de desenvolvimento.

Outros factores que constituem obstáculo nesta área são a grande carência de recursos financeiros para a compra de equipamento de rega, a falta de formação para a utilização de novas tecnologias, existência de muitas expectativas sobre melhores rendimentos, que não são satisfeitas, a falta de serviços de extensão adequados e de uma boa infra-estrutura de irrigação, além de que a utilização de insumos agrícolas ainda é muito baixa. Para ilustrar, na campanha de 2009-2010, foram distribuídos em todo o país 44 motobombas, 2 para Maputo-Cidade, 5 para Maputo-Província, 7 para Gaza, 6 para Inhambane, 6 para Manica, 10 para Tete e 8 para Zambézia.

De salientar que, sobre esta matéria (irrigação), tanto os produtores singulares de Boane, de Moamba, dois Distritos da Província de Maputo, quanto os de Chokwe e Xai-Xai, na Província de Gaza, assim como os de Nhamatanda, Província de Sofala, todos referiram-se sobre a importância da irrigação para o desenvolvimento da agricultura, e da necessidade de financiamento para a reabilitação das infra-estruturas existentes e para a construção de novas, assim como para a compra de motobombas, para os produtores.

Importa notar que, devido à sua localização geográfica, Moçambique é afectado ciclicamente por calamidades naturais (principalmente secas, cheias e ciclones), entretanto, como detentor de uma rede hídrica invejável, e tendo em conta a vulnerabilidade acima referida, o país devia aplicar as estratégias de aproveitamento dos recursos existentes em prol do desenvolvimento.

Em abono da verdade, não se justifica que o país, 15 anos depois da aprovação da Política Agrária, não apresente algumas condições de aproveitamento, em termos de capacidade de exploração de parte dos recursos hídricos existentes, em benefício da sua população.

As soluções *ad hoc*, que têm sido tomadas para algumas calamidades, constituem-se em grandes constrangimentos no quadro de desenvolvimento do sector da agricultura, pois, os fenómenos a que tais medidas procuram responder, além de reduzirem a níveis elevados de penúria à população, acabam remetendo a gastos elevados, sem sustentabilidade alguma, por serem medidas que procuram remediar uma situação que devia merecer medidas preventivas, que exigem o investimento em tecnologias que visam o aproveitamento da água para a prevenção das cheias, o combate às secas, através da irrigação, e a geração de energia. Isso deve ser visto como parte de uma estratégia global de desenvolvimento do sector agrícola.

⁵¹ - MINAG, avaliação preliminar da campanha agrícola 2009-2010, Maputo, 2010.

2.4.5. O impacto dos 7 milhões na agricultura e na redução da pobreza

Em 2005, o Governo de Moçambique (GoM), através da Lei 12/2005 de 23 de Dezembro, decidiu alocar fundos de investimentos aos Governos Distritais, em operacionalização da Lei 08/2003 de 19 Maio, que determina que os distritos são unidades de gestão e execução orçamental. Estes fundos foram providenciados com o objectivo de criar capacidades locais de geração de emprego, incluindo auto-emprego, a partir de projectos concebidos localmente, e que fossem capazes de contribuir para o aumento da produção e da riqueza.

Foram apontadas como sendo algumas das prioridades para o uso desses fundos:

- a) O investimento integral dos mesmos em projectos de desenvolvimento social e económico local;
- b) Priorização ao uso de mão-de-obra local nos projectos enquadrados no âmbito do financiamento;
- c) Selecção e direccionamento dos projectos com maior impacto, nas comunidades locais;

O que se esperava, com tal orçamento direccionado aos Distritos, era que, no processo de aplicação das verbas alocadas, os distritos pudessem cumprir com as normas de gestão e execução dos recursos públicos, como por exemplo, a aquisição nas casas comerciais locais (caso haja fornecedores licenciados), do conjunto de insumos e outras necessidades para a implementação dos projectos, bem como o realce às acções inseridas no Programa Quinquenal do Governo, que têm a área agrária em geral, e o sector da agricultura como uma das prioridades a merecer a atenção dos fundos distritais.

Os dirigentes dos Distritos avaliam com optimismo o impacto dos 7 milhões no quadro do combate à pobreza e de geração de emprego nas comunidades, conforme se ilustra nas transcrições das entrevistas que se seguem:

“Existem (...) varias frentes na redução do índice do desemprego, a destacar a acção do Governo com a alocação dos 7 milhões, e o sector privado que também vai fazendo a sua parte. Os 7 milhões de meticais tem promovido algumas iniciativas dado que alguns jovens têm acesso a este valor onde vão desenvolvendo as suas actividades, pese embora que as necessidades são sempre crescentes dado o número de habitantes que o distrito apresenta. No sector agrário em particular a agricultura emprega uma base muito larga de jovens com particular destaque para as mulheres (um dirigente entrevistado no Distrito da Moamba, Província de Maputo).

Entretanto, as associações de camponeses avaliam negativamente o impacto dos 7 milhões, conforme afirmações de alguns membros de uma associação de produtores na Província de Sofala:

“A (...) esta muito distante deste fundo porque o seu acesso é com base em critérios menos claros e (menos) transparentes. Este fundo tem muitos problemas nos

distritos. Sabemos que este programa do Governo é muito bom, mas o problema é das pessoas que manuseiam este fundo. Acontece que existem associações fantasmas que se beneficiam deste fundo e que não são residentes nos respectivos distritos” (Membros de uma associação de produtores, Província de Sofala, Beira, Outubro de 2010.

Entretanto, o OIIL desde que foi instituído, vem sendo alocado de forma imprópria às comunidades, quer dizer, desde que se iniciou com a atribuição dos fundos aos distritos, para projectos de desenvolvimento local, registam-se dificuldades no processo de sua gestão, dificuldades estas que acabam por afectar os resultados que se esperavam obter com estes recursos. No conjunto das dificuldades, existem aquelas de maior impacto, como por exemplo:

As acções de planificação, em que a representatividade das diversas comunidades nos Conselhos Consultivos Distritais (órgãos de consulta na elaboração dos planos de desenvolvimento distrital) tem sido bastante questionadas, alegando-se mesmo casos de paternalismo e amiguismo nos membros destes Conselhos;

A transparência na identificação e selecção dos projectos que beneficiam do financiamento dos sete milhões de meticais não tem sido efectiva, havendo casos em que se remete ao compadrio com os membros das administrações distritais para se beneficiar destes fundos;

Há distritos cujos Conselhos Consultivos não desempenham o seu papel na identificação e selecção dos projectos, cabendo aos Administradores e seus subordinados directos o papel de selecção dos beneficiários dos fundos;

As populações não têm beneficiado da devida capacitação por forma a poderem ter o domínio no processo de identificação de áreas que devem merecer atenção no direccionamento dos fundos, em suas comunidades;

Muitas vezes os grupos beneficiários dos fundos não possuem conhecimentos de administração ou gestão financeira;

Os distritos carecem de técnicos qualificados na área de concepção e elaboração de projectos comunitários, que fossem capazes de assistir aos diversos grupos, na monitorização destes fundos, incluindo a sua gestão eficaz.

De acordo com Castel-Branco, os 7 milhões de meticais dos fundos de desenvolvimento distrital não tem impacto nenhum nos programas distritais pois

"Primeiro, os ditos "sete milhões" são valores demasiados pequenos para fazer mudanças de estrutura em Moçambique. Ao todo, os distritos recebem por ano 2% do orçamento geral do Estado(OGE) e 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique. Porque é que 2% do OGE deveria alcançar o que os restantes 98% não alcançam? Quando o projecto piloto de descentralização distrital teve lugar em Nampula entre 2002/2005, por ano os distritos desta província recebiam o dobro do que hoje recebem todos os distritos do país. Segundo, os dados não mostram nenhuma realocação significativa de fundos para os distritos.

Os fundos distritais são retirados dos orçamentos provinciais e representam cerca de 7% da totalidade dos orçamentos alocados às províncias. Terceiro, estes fundos são distribuídos para projectos individuais de pessoas localmente influentes e não atingem os mais pobres. Quarto, sendo alocados para projectos individuais, estes fundos operam independentemente da infraestrutura, da base logística, da base empresarial e institucional que possa garantir o sucesso produtivo e reprodutivo da sua aplicação. Há casos individuais de sucesso de alguns pequenos comerciantes, agricultores e artesãos(...). Mas isto não é forma de combater a pobreza, quando quase 12 milhões de moçambicanos vivem com um rendimento abaixo da linha da pobreza. O país não precisa de alguns casos de sucesso para serem mostrados nas presidências abertas e nas feiras; o país precisa de sucesso para milhões de moçambicanos todos os anos se a pobreza alguma vez vai reduzir. E sucesso para milhões de pessoas todos os anos não se consegue com paliativos distribuídos individualmente aos mais influentes de cada local"⁵².

Segundo o mesmo autor,

"Segundo as directivas do Governo, os sete milhões devem ser prioritariamente aplicados na produção de comida. As estatísticas do IOF 2008/09 mostram que a produtividade per capita e por hectare baixou, e que a produção de comida per capita está a cair a 1,5% por ano em média. No entanto, as mesmas estatísticas mostram que a posse de bens duráveis aumentou. Será que os sete milhões estão a ser usados para adquirir bens duráveis importados (bicicletas e rádios - que já houve tempo em que os produzíamos em Moçambique e com qualidade - telefones, entre outros) em vez de produzir comida? Se produzir comida não for tornado viável empresarialmente e acessível para todos pelo esforço combinado do governo e produtores, é mais fácil viver de sete milhões e importar bens duráveis"⁵³.

Estes dados são preocupantes, pois o Sector Agrário é um dos sectores prioritários do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). Assim, se não houverem resultados na Agricultura, não se pode falar em combate à pobreza. Importa referir que as conclusões da auditoria das Finanças mostram que não há resultados na Agricultura, conclusão que foi confirmada no terreno por parte dos entrevistados, que referiram que, de facto, os níveis de produção estão a baixar por falta de apoio do Governo aos camponeses. Conforme as constatações no terreno, junto dos camponeses auscultados, os valores do Fundo de Desenvolvimento Distrital são destinados, na sua maior parte, a pequenos negócios, ou para financiar pequenas oficinas; os valores destinados à agricultura são bastante reduzidos. Esta realidade remete à triste conclusão de que o alcance de um impacto positivo na implementação das Políticas da área Agrária em Moçambique está longe de ser alcançado.

⁵² - Castel-Branco, Nuno. In Jornal Savana, de 08 de Outubro de 2010.

⁵³ - Idem.

2.4.6. Sobre a extensão agrária

A Política Agrária refere que a actividade de extensão poderá proporcionar o aumento da produtividade e da produção através da introdução ou aplicação de tecnologias adequadas. Refere ainda que a actividade de extensão é desenvolvida pelo Estado e por organizações não-governamentais, organizações comunitárias, assim como por empresas privadas vocacionadas.

A Política Agrária reconhece que a extensão é o instrumento principal de sua operacionalização, assim, ela define as seguintes estratégias de implementação:

- i) Adotar um sistema operacional de extensão, através de um processo participativo de adopção e disseminação de tecnologias, em que os extensionistas trabalhem com grupos de produtores na base dos seus sistemas de produção;*
- ii) Participar prioritariamente no desenvolvimento das regiões com aptidão agro-ecológica, através da alocação a essas regiões de recursos humanos e materiais ligados à extensão, em função das suas potencialidades agro-económicas;*
- iii) Implementar o sistema nacional de extensão e as suas componentes estratégicas de descentralização, fortalecendo a coordenação de todos os intervenientes;*
- iv) Maximizar o uso dos recursos dedicados à extensão, através da integração dos esforços de todos os agentes de desenvolvimento, incluindo as acções de iniciativas das comunidades, com destaque para o papel da mulher, principal gestora da actividade agrária no meio rural;*
- v) Maximizar a disseminação de técnicas e tecnologias de produção, avaliar o seu impacto, e assegurar o reforço da colaboração entre a extensão e as instituições de investigação;*
- vi) Contribuir para a expansão da actividade económica no meio rural através do apoio às organizações dos produtores, que deverão assumir um papel crescente na gestão dos serviços de extensão.*

Para a operacionalização da política, o Ministério da Agricultura desenhou um Plano Director de Extensão Agrária, que apresenta como objectivo da Estratégia de Extensão Agrária o alcance do objectivo geral do MINAG, que é o de contribuir para uma melhor segurança alimentar, para o crescimento económico e para a redução da pobreza, especialmente para os agricultores de subsistência quer sejam homens ou mulheres, incluindo os agregados chefiados por mulheres e desfavorecidos, através do aumento da produtividade agrícola e da produção por via do elevação firme da eficiência na produção e a provisão de novas tecnologias e inovações institucionais ao mesmo tempo que se promove a participação e o sentido de apropriação no seio dos produtores⁵⁴. Entretanto, para o alcance do tal objectivo, são apresentados diversos mecanismos a serem adoptados, dos quais vamos apresentar alguns, sob a forma de constrangimentos que dificultam o bom desempenho da área agrária, por ausência de uma série de condições que o país não dispõe.

⁵⁴ - Plano Director de Extensão Agrária Extens (2007-2016).

2.4.6.1. Os Recursos Humanos e a Extensão

A Área agrária possuía, até Dezembro de 2005, cerca de 6.355 trabalhadores, conforme se apresenta na tabela que se segue, cuja maior parte encontrava-se afecta às Direcções Provinciais da Agricultura. Do total de pessoal, cerca de 54% possuía o nível de escolaridade baixo, havendo casos de trabalhadores sem nenhuma qualificação profissional, conforme salienta a Estratégia de Desenvolvimento Agrário (2006).

Em relação a extensionistas, no período de 2007 a 2009 o número destes aumentou de 504 para 701. Mesmo assim, esta cifra afigura-se como sendo bastante inferior em relação às reais necessidades do país, situadas em cerca de 1.152, de acordo com a norma seguida pelo MINAG, que é de proporcionar 8 extensionistas e 1 supervisor por distrito⁵⁵.

Tabela 14: Desenvolvimento numérico da rede de Extensão Rural Pública

N/O	Província	Número de Distritos	Número ideal (8+1)			Números existentes		
			Extensionistas	Supervisores	Total	2007	2008	2009
01	Niassa	15	120	15	135	27	32	71
02	C.Delgado	16	128	16	144	70	81	83
03	Nampula	18	144	18	162	96	108	107
04	Zambézia	16	128	16	144	52	55	81
05	Tete	12	96	12	108	37	45	55
06	Manica	9	72	9	81	46	59	63
07	Sofala	12	96	12	108	68	68	65
08	Inhambane	12	96	12	108	42	47	50
09	Gaza	11	88	11	99	38	49	48
10	Maputo P	7	56	7	63	28	33	57
11	Maputo C					21		21
	País	128	1024	128	1152	504	590	701

Fonte: Relatórios da Inspeção de Finanças, 2010.

Importa salientar que a divisão territorial de Moçambique é constituída por 33 municípios urbanos (com plena descentralização política), 128 Distritos Rurais e os respectivos 394 Postos Administrativos, que contemplam 1.071 Localidades e um total de 10.025 Comunidades. Cada comunidade é constituída por um agrupamento de pequenas povoações e aldeias, atingindo um número estimado de 40.000 nas zonas rurais⁵⁶. Com esta dimensão estrutural do território, a capacidade humana existente para a assistência às comunidades é, definitivamente, bastante insignificante! De acordo com a tabela acima apresentada, pode-se verificar que o número de extensionistas existente é reduzido, o que representa um constrangimento para a área agrária.

Há a referir que uma das grandes dificuldades que os extensionistas de campo enfrentam, é o facto destes trabalharem em condições difíceis, *"entre dois "fogos", a demanda das comunidades e as instruções das autoridades locais e provinciais, muitas vezes em habitações que não respondem as condições mínimas, com falta de meios de transporte além de bicicletas,*

⁵⁵ - Relatório da Inspeção de Finanças, 2010.

⁵⁶ - Plano Director de Extensão Agrária Extens (2007-2016).

sem instrumentos de trabalho e com pouca perspectiva para a melhoria de sua posição em termos de carreira, incentivos de desempenho e formação e estudos"⁵⁷.

Outro constrangimento refere-se ao fraco nível de escolaridade e de formação técnica específica dos extensionistas, e o deficit de conhecimentos relativos aos mercados e da agro-indústria, por forma a garantirem o efectivo papel de facilitadores dos grupos beneficiários;

De referir que por dificuldades relativas à escassez de recursos (humanos, financeiros e meios de transporte), muitas localidades do país não beneficiam da assistência de extensionistas do sistema público. Algumas dessas localidades são assistidas por provedores de serviços de extensão do sector privado e das ONG's⁵⁸. A intervenção dessas organizações teve o seu início em 1992, tendo sido reconhecida formalmente em 1998, quando foi aprovado o então Plano Director da Extensão. Na Época, esperava-se que, com a intervenção de privados e ONG's nos serviços de extensão, se conseguisse a melhoria do nível de cobertura e de abrangência da extensão agrária, elevando-se, assim, a resposta aos produtores comparativamente com a época em que a extensão do sector público era a única que existia no país⁵⁹. Entretanto, a expectativa não está a resultar devido, em parte, ao facto de que os Planos Distritais de Desenvolvimento da Agricultura apresentarem, muitas vezes, fraca qualidade, com lacunas relativas, em alguns casos, à componente de extensão. Casos há, em que nos distritos não existem planos de desenvolvimento da agricultura⁶⁰.

2.4.6.2. As ONG's na extensão agrária

Muitas ONG's nacionais e internacionais encontram-se a operar na Extensão Agrária, garantindo o apoio ao governo na expansão dos serviços de extensão junto dos camponeses e produtores. Esta participação de ONG's na extensão, oferece as seguintes contribuições principais para o Sistema Nacional de Extensão: (i) garante uma maior cobertura geográfica e alcança maior número de produtores; (ii) garante a promoção das abordagens de aprendizagem participativa; (iii) permite a formação de grupos de produtores; (iv) permite a promoção das melhores práticas (segurança alimentar, organizações de produtores, apoio aos mercados e advocacia da agricultura); e (v) participa no combate contra o HIV/SIDA⁶¹.

No campo de extensão agrária, o número de ONG's e de operadores privados que nele actuam está a aumentar gradualmente. As ONG's que, em 1999 eram cerca de 42, passaram para 89 em 2006, empregando 775 técnicos da extensão. As ONG's podem ter outras funções múltiplas como a advocacia, como o apoio à comercialização e uso e aproveitamento da terra, etc..

⁵⁷ - Plano Director de Extensão Rural (2007-2016).

⁵⁸ - Plano Director de Extensão Rural (2007-2016).

⁵⁹ - Idem.

⁶⁰ - Ibidem.

⁶¹ - Ibidem.

Oficialmente existem 23 empresas privadas operando na extensão agrária, que empregam cerca de 216 técnicos⁶².

Entretanto, há a referir algumas práticas negativas das ONG's, tais como:

- Algumas ONG's dão maior ênfase ao aspecto da participação da comunidade como o objectivo final da extensão, ao invés desta (a participação) constituir um meio que permite o alcance do desenvolvimento da agricultura;
- A maioria das ONG's que operam na área de extensão agrária promove o envolvimento de "animadores" e de membros da comunidade, sem conhecimentos técnicos necessários para a intervenção no campo da extensão agrária⁶³.

2.4.6.3. Os privados nas acções de extensão agrária

A maioria dos agricultores comerciais privados encontra-se envolvida na produção de culturas de rendimento, tais como algodão, tabaco e castanha. Assim, com base em acordos, estes prestam assistência técnica, fornecem insumos aos pequenos produtores, com a condição de estes restituírem os empréstimos na altura das colheitas. Este tipo de mecanismo facilita aos pequenos produtores o acesso aos insumos que não existem no mercado, e permite que a sua produção tenha uma imediata comercialização, visto que os privados que apoiam na produção, eles mesmos adquirem estes produtos ao preço previamente acordado, o que não acontece com os produtos de consumo.

O sector privado presta serviços de Extensão Agrária, através de lojas de fornecimento de insumos e através de empresas de produção, processamento e de comercialização, e implementa também esquemas de fomento agrário⁶⁴.

Entretanto, este tipo de apoio aos camponeses e produtores apresenta um aspecto negativo, que é o facto de cada privado vedar a entrada de outros operadores nas zonas onde ele fornece apoio aos camponeses. Assim, se os produtores sentirem que o preço acordado com o privado para a compra do produto não compensa os gastos pela produção, estes não têm formas de forçar a sua subida, nem podem vender a outro operador. *"Este tipo de situação já forçou ao abandono de alguns camponeses da prática de algumas culturas de rendimento, em certas épocas, nas Províncias de Niassa (tabaco), e Cabo Delgado (algodão)"*⁶⁵.

⁶² - Ibidem.

⁶³ - Gemo et Al. 2004, pp. 38-39, citados pelo Plano Director de Extensão Rural (2007-2016).

⁶⁴ - Plano Director de Extensão Rural (2007-2016).

⁶⁵ - Entrevista a um produtor da Província de Tete.

2.4.6.4. Sobre a cobertura dos serviços de extensão agrária

O serviço de extensão agrária pública no país tem vindo a operar através de grupos de contactos com os camponeses e produtores numa proporção de cobertura de aldeias dos distritos assistidos bastante limitada. Importa frisar que os distritos que são assistidos pela extensão agrária pública, são seleccionados com base nos seguintes critérios: (i) potencial para incrementar a produção agrícola com a tecnologia disponível; (ii) densidade da população rural; (iii) facilidade de acesso por estrada; (iv) presença de outros serviços de extensão, investigação e de apoio.

Em 2006 a rede da extensão pública cobria 86 dos 128 distritos rurais, enquanto que as ONG's encontravam-se presentes em 116 distritos rurais, e 57 distritos tinham a extensão proporcionada pelo sector privado. Dois Distritos encontravam-se sem qualquer extensionista⁶⁶. Actualmente esta rede cobre 127 Distritos (falta o Distrito de Mogincual, na Província de Nampula)⁶⁷.

Aparentemente parece que a cobertura do país é boa. Entretanto, tendo em conta a vastidão de alguns Distritos e a natureza de produtores (camponeses, cuja maioria é não escolarizada, os dados disponíveis revelam a fraqueza da extensão pública em garantir uma cobertura razoável a todo o país. Além disso, os critérios de selecção dos distritos para a intervenção da extensão pública são discriminatórios, não possibilitando, assim, que os distritos que apresentam dificuldades, como as relativas à acessibilidade e à presença de outros serviços de extensão, e necessitam mais de apoios multiformes, possam ser assistidos.

É de sublinhar que em 2009 foram contratados cerca de 116 extensionistas em todo o país (ver tabela seguinte), que vieram se juntar aos que estavam em exercício. Entretanto, mesmo com estas admissões, a quantidade de extensionistas continua ainda irrisória para cobrir as necessidades do país, conforme pudemos constatar a partir dos dados constantes na tabela 15.

Tabela 15 :Extensionistas contratados por Província e o número de produtores assistidos

NO	Províncias	Número de Extensionistas	Produtores Assistidos		
		Contratados	Homens	Mulheres	TOTAL
01	Cidade de Maputo	8	215	710	925
02	Maputo	24	9.117	15.867	24.984
03	Gaza	-----	7.502	9.067	16.569
04	Inhambane	3	7.781	9.966	17.747
05	Manica	4	18.161	13.656	31.817
06	Sofala	-----	23.201	29.732	52.933
07	Zambezia	10	16.299	10.866	27.165
08	Tete	26	31.648	28.352	60.000
09	Nampula	-----	34.651	23.487	58.138
10	Niassa	2	15.136	7.774	22.910
11	C. Delgado	39	28.181	23.383	51.564
	Total	116	191.892	172.860	364.752

FONTE: Balanço do PES (2009)

⁶⁶- DNEA, 2006, citada pelo Plano Director de Extensão Rural (2007-2016).

⁶⁷ - Relatório da Inspeção das Finanças, 2010.

Tabela 16: Números de extensionistas por área da província e número de produtores em 2007, 2008 e 2009.

Província	Número Produtores (TIA)			Produtores por extensionista			Km2/ extensionista ¹	Raio de acção por (km)
	2007	2008	2009	2007	2008	2009		
Niassa	212.335	232.108	s.i.	7.864,3	7.253,4		1.724,8	23,4
Cabo Delgado	408.954	361.841	s.i.	5.842,2	4.467,2		947,8	17,4
Nampula	752.129	758.434	s.i.	7.834,7	7.022,5		736,6	15,3
Zambézia	805.332	825.451	s.i.	15.487,2	15.008,2		1.272,0	20,1
Tete	333.747	370.058	s.i.	9.020,2	8.223,5		1.835,3	24,2
Manica	274.293	272.961	s.i.	5.962,9	4.626,5		990,9	17,8
Sofala	194.453	260.400	s.i.	2.859,6	3.829,4		1.039,1	18,2
Inhambane	317.255	280.774	s.i.	7.553,7	5.973,9		1.370,7	20,9
Gaza	239.882	249.451	s.i.	6.312,7	5.090,8		1.577,4	22,4
Maputo P	80.678	113.564	s.i.	2.881,4	3.441,3		397,8	11,3
Maputo C			s.i.				15,0	2,2
País	3.619.058	3.725.042	s.i.	7180,7	6.313,6		1.114,3	18,8

Fonte: Relatório da Inspeção de Finanças, 2010.

Além do número de extensionistas que é reduzido, estes deparam-se com problemas de falta de meios para o exercício das suas actividades, o que exige a criação de condições para que estes profissionais tenham meios de transporte adequados (motorizados) e com combustível suficiente para poderem cobrir as respectivas áreas de trabalho.

Outra abordagem que o MINAG está a desenvolver refere-se à terceirização da extensão agrária, prática iniciada, a título experimental, nas Províncias da Zambézia (Distrito de Nicoadala) e em Nampula (Distrito de Murrupula), e que foi estendida para as províncias de Inhambane e Niassa⁶⁸.

Apesar da terceirização da Extensão Agrária ser considerada pela Direcção Nacional de Extensão Agrária como sendo um método caro de provisão dos serviços, ela é vista como uma prática conveniente, como forma de estender a cobertura ou de satisfazer necessidades específicas sem um compromisso financeiro a longo prazo⁶⁹.

De referir que durante três anos de ensaio da terceirização da extensão agrária, foram gastos cerca de USD 1,9 milhões para os serviços da extensão nos dois distritos referidos, para assistir 11.000 agregados, o que significa que foram gastos cerca de USD60 por agregado, o que representa um custo três vezes mais caro que a extensão agrária pública directa.

⁶⁸ - Plano Director de Extensão Rural (2007-2016).

⁶⁹ - Idem.

2.4.6.5. Ligação entre a Investigação e a Extensão

A abordagem tradicional na extensão é demonstrar as tecnologias existentes aos produtores nos seus campos. Em Moçambique, a extensão pública e do sector privado têm vindo a estabelecer demonstrações com os agricultores sobre culturas, pecuária e gestão dos recursos naturais em todas as áreas de operação. Em relação à investigação, normalmente espera-se que esta providencie o necessário suporte técnico ao programa de extensão agrária. Entretanto, esta componente da área agrária não possui capacidades suficientes para prestar a devida assistência à extensão agrária⁷⁰.

É de sublinhar que a investigação agrária em Moçambique é discriminada em termos de priorização na alocação de recursos, e é desenvolvida de forma informal, sem bases em um programa nacional de investigação agrária. É assim que as acções de investigação do Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique são baseadas em prioridades definidas pelos colectivos técnicos, que tomam em consideração algumas necessidades plasmadas nos Planos e Programas do Governo, o que contrasta com a prática dos países desenvolvidos, onde são feitos grandes investimentos na investigação agrária, com retornos superiores ao das várias aplicações alternativas do Sector Agrário⁷¹.

A investigação em Moçambique carece de recursos humanos qualificados, pois apenas cerca de dez por cento dos quadros possui o nível superior, com o grau de licenciatura, e aproximadamente 80% tem um nível académico inferior ao de bacharelato. Os restantes 10% são partilhados por quadros que possuem os graus académicos de bacharel e doutoramento. Comparando Moçambique com outros países da África Austral, verifica-se que o país possui os mais baixos índices de técnicos qualificados na área de pesquisa agrária. A média de outros países é de cerca de 25% do quadro de pessoal para técnicos com os graus de licenciatura e doutorado, 50% com mestrados⁷². Assim, como pode-se pensar em desenvolvimento agrário, sem o devido investimento na pesquisa, e nos recursos humanos necessários?

Importa sublinhar que no campo da Investigação, a Política Agrária refere o seguinte:

- *“No domínio da Investigação Agrária, a Política Agrária favorece a colocação, à disposição dos produtores, de material genético e tecnologias apropriadas, que permitam um aumento contínuo e sustentável de rendimentos;*
- *Neste contexto, a Política Agrária estabelece as seguintes estratégias em relação à investigação agrária:*
 - i) Desenvolver prioritariamente a investigação sob forma aplicada e adaptativa, com prioridade para as culturas alimentares e de exportação, através do estabelecimento de mecanismos de colaboração com o sector familiar e empresarial;*

⁷⁰ - Ibidem.

⁷¹ - Relatório da Inspeção de Finanças, 2010.

⁷² - Idem.

- ii) *Inventariação de recursos naturais para avaliação da aptidão agrícola potencial das terras das principais zonas agro-ecológicas;*
- iii) *Desenvolver práticas culturais que contribuam para a restituição e conservação da fertilidade dos solos, assim como a aplicação de tecnologias que permitam a redução dos riscos decorrentes dos factores conducentes à degradação do solo;*
- iv) *Aumentar a produção e a produtividade da terra, força de trabalho e outros factores de produção, através da investigação e disseminação de tecnologias apropriadas;*
- v) *Promover o processamento local dos produtos agrários, através do desenvolvimento de tecnologias simples para o armazenamento, conservação e processamento;*
- vi) *Garantir a experimentação agrária, através da reabilitação das unidades experimentais, permitindo a cobertura das principais regiões agro-ecológicas e sistemas de produção;*
- vii) *Desenvolver e reforçar os mecanismos de ligação e coordenação com a extensão, produção, e outros organismos envolvidos na geração e transferência de tecnologias;*
- viii) *Garantir o estado sanitário dos animais, através da coordenação de acções de investigação e estudos epidemiológicos e económicos, sobre a situação das principais doenças existentes no País e sobre as medidas para o seu controlo;*
- ix) *Adequação da legislação existente às necessidades do desenvolvimento pecuário, de modo a se salvaguardar e melhorar o estado sanitário dos efectivos animais, e a qualidade dos alimentos de origem animal, tendo por objectivo último a garantia da saúde humana;*
- x) *Controlar a reprodução de espécies pecuárias, através da investigação (...);*
- xi) *Priorizar a investigação de ecossistemas naturais de florestas e fauna bravia;*
- xii) *Priorizar o estabelecimento e desenvolvimento de um centro de documentação de apoio à investigação e informação sobre as actividades agrárias, com capacidade e cobertura nacional.*

Se questionarmos sobre quantos destes aspectos referidos na Política Agrária, relativos à investigação, estão a ser implementados, qual seria a resposta? Para nós, a resposta não seria diferente dos resultados da pesquisa feita no quadro do presente estudo, muito pouco foi feito e há muito por se fazer!

2.4.7. Algumas experiências positivas de Extensão Agrária

2.4.7.1. As Escolas na Machamba do Camponês

A Escola na Machamba do Camponês é um modelo de extensão agrária que foge ao modelo tradicional de extensão, também conhecido como "escola sem paredes", que envolve directamente os camponeses nas actividades de pesquisa e de experimentação agrícola no campo. É uma forma de aprender fazendo e através da troca de experiências e do desenvolvimento de novos conhecimentos, que permitem aos camponeses aprender a resolver os problemas que enfrentam nas suas machambas, além de adquirirem confiança e autoestima.

A experiência das Escolas na Machamba do Camponês teve seu início na Província da Zambézia, no quadro do Programa da FAO de apoio ao MINAG, e foi estendida em 2004 a 12 Distritos das Províncias de Maputo, Sofala e Manica. O programa tem por objectivo testar em maior escala a abordagem participativa e experimental, com vista a promover inovações tecnológicas, visando o aumento e a diversificação da produção agro-pecuária, assim como a organização dos produtores para melhor acesso aos mercados.

As Escolas na Machamba são constituídas por grupos de 20 a 30 camponeses de uma determinada aldeia ou bairro, que se reúnem semanalmente ou de duas em duas semanas, numa determinada machamba seleccionada pelo grupo, durante o ciclo de produção de uma determinada cultura escolhida pelos membros do grupo. Em tal machamba, os camponeses experimentam novas tecnologias e opções de produção, observam o ecossistema, analisam os resultados, fazem comparações e os membros trocam experiências e tomam decisões sobre as melhores opções a adoptar.

Este modelo de extensão, na situação de Moçambique, é de se recomendar, por possibilitar que, em curto tempo, os conhecimentos sejam disseminados para grandes grupos de camponeses.

2.4.7.2. A Agricultura de Conservação

A maior parte dos camponeses que pratica a agricultura familiar não consegue cultivar mais de um hectare por família, devido a diversos constrangimentos, alguns dos quais ligados à falta de meios de produção (como pudemos referir neste trabalho, a nível das zonas de produção há muita falta de enxadas, catanas, e outros instrumentos, chegando a acontecer situações em que uma família, com cerca de 3 membros em condições de cultivar a terra, possui apenas uma enxada).

Por outro lado, as colheitas são muito fracas para a maior parte das culturas básicas, como os cereais e os legumes, o que faz com que os rendimentos sejam insuficientes para alimentar uma família cuja composição é de cerca de 5 membros, muito menos cobrir despesas referentes à saúde ou educação das crianças.

Esta situação, que tem relação com falhas decorrentes de práticas agrícolas pouco viáveis por parte dos camponeses familiares, tem agravado a prevalência da fome no seio de numerosas

famílias em diversas comunidades do país, apesar dos esforços exaustivos que os camponeses têm empreendido.

É na perspectiva de se alterar este quadro de situações negativas, ligadas às tais práticas agrícolas pouco viáveis, que, em algum momento comprometem a fertilidade dos solos, e contribuem para a ocorrência da erosão nas machambas, que o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, em coordenação com a Cooperação Alemã, Cooperação Austríaca, a Promoção Económica de Camponeses de Sofala (PROMEC), dentre outras organizações, elaboraram um manual para ser usado por técnicos e agricultores, com ensinamentos sobre o uso sustentável da terra na agricultura.

A prática da agricultura de conservação consiste em fazer o uso da terra para a agricultura sem revolver o solo. Assim, os resíduos das culturas anteriores permanecem sobre a superfície do solo, e as sementeiras são feitas directamente sobre a cobertura morta. E entre as plantas de cereais, podem ser plantadas as leguminosas desde as de ciclo curto, anuais ou perene, que podem se espalhar rapidamente, cobrir o solo com uma densa camada de biomassa e produzir sementes. Plantas que podem reduzir ou dificultar as ervas daninhas, o que deixa os produtores livres da difícil tarefa de sarchar os campos. Além disso, tais plantas fixam o azoto no solo, beneficiando os cereais.

A agricultura de conservação contribui para o combate às queimadas descontroladas, pois os camponeses não precisam de recorrer a tal prática para limpar o espaço onde vão cultivar, o solo mantém as suas características naturais (não há agressão pela acção relativa ao cultivo, o solo mantém-se coberto, e numa única porção podem ser plantadas diversas culturas (consorciação de culturas), o que contribui para o aumento de rendimentos da família e para a segurança alimentar e nutricional.

A prática da agricultura de conservação apresenta como principais vantagens:

- Proporciona um aumento de rendimentos das diferentes culturas;
- Permite a redução de custos de produção;
- Proporciona a resolução de problemas de falta de mão-de-obra e força agrícola;
- Promove a conservação e recuperação dos solos;
- Permite uma melhor distribuição do trabalho durante todo o ano, resultando em economia de mão-de-obra e menor consumo de energia;
- Consegue uma diversificação com menores riscos de ataque de doenças e/ou pragas;
- Aproveita melhor a humidade com diminuição da frequência de regas;
- Melhora a redistribuição – aproveitamento e equilíbrio dos nutrientes, etc.

Tendo em conta as vantagens múltiplas que este tipo de agricultura traz para os produtores de todos os níveis de produção, numa sociedade que atravessa enormes dificuldades para a implementação de uma agricultura convencional sustentável, com uma agricultura de subsistência bastante atrasada, é recomendável que se encontrem mecanismos consistentes, por parte do Governo, para a rápida disseminação da prática deste modelo de agricultura.

2.4.7.3. Os trabalhos colectivos promovidos pelas Associações de Camponeses

As Associações de camponeses espalhadas pelo país todo, algumas filiadas à União Nacional de Camponeses, outras não, têm desenvolvido formas e mecanismos de ajuda mútua em actividades de produção, colheita, conservação de sementes e de procura de mercados.

Por outro lado, em relação à componente pecuária, há experiências de fomento de determinadas espécies, em que constituem-se grupos de famílias, e começa-se por entregar um casal de animais a uma ou duas famílias do grupo. A primeira reprodução dos animais recebidos passa para outra família, até completar o ciclo. Quando todos receberem, o último grupo devolve as crias à associação, para se iniciar com um outro ciclo de fomento pecuário.

São estas experiências positivas, que, embora a sua promoção não esteja contemplada nos documentos oficiais de planificação, elas acontecem um pouco por todo o país, e precisam de ser estimuladas, porque já demonstraram que elas, por serem de base comunitária, funcionam de facto, e contribuem para o combate à pobreza absoluta.

2.4.8. Algumas lacunas do processo de operacionalização dos principais instrumentos de implementação da Política Agrária

2.4.8.1. Aspectos relativos ao PARPA

Um dos principais instrumentos de planificação do país é o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). Em 2009, terminou o segundo ciclo de implementação do PARPAII, um documento que reconhece a natureza multi-sectorial da agricultura e do desenvolvimento rural, ao preconizar que o sucesso depende de medidas situadas fora da alçada da agricultura, como as infra-estruturas de transporte, a expansão dos mercados, um sistema adequado de finanças rurais, assim como o ensino, formação, saúde e nutrição. O desenvolvimento da agricultura é uma prioridade na estratégia de redução da pobreza e no crescimento de base alargada.

De salientar que o PARPA, na qualidade de estratégia de redução da pobreza em Moçambique, tem como base seis prioridades, fundamentais, nomeadamente: (i) educação, (ii) saúde; (iii) agricultura e desenvolvimento rural; (iv) infra-estrutura básica; (v) boa governação; e (vi) gestão macro-económica e financeira, e identifica oito assuntos transversais, nomeadamente:

- a) Género;
- b) HIV/SIDA;
- c) Ambiente;
- d) Segurança Alimentar e Nutricional;
- e) Ciência e Tecnologia;
- f) Desenvolvimento Rural;
- g) Calamidades;
- h) Desminagem.

Tanto as 6 prioridades constantes no PARPAII, assim como os oito assuntos transversais, são elementos que se encontram referidos na Política Agrária como sendo áreas de extrema importância para o desenvolvimento agrícola.

De referir que no processo de concepção do PARPAII, foi desenvolvido um exercício que procurou identificar lacunas que existiram no PARPAI, tendo, na sua maior parte, sido ultrapassadas. Entretanto, há a registar uma lacuna que julgamos ser fundamental apresentá-la neste documento, por forma a que seja corrigida nos próximos ciclos de elaboração de tal instrumento de planificação.

- O PARPA II incluía nas suas prioridades maior integração da economia nacional e o aumento da produtividade, focalizando, particularmente, a atenção no desenvolvimento de base ao nível distrital, na criação de um ambiente favorável ao crescimento do sector produtivo nacional, à melhoria do sistema financeiro, ao florescimento das pequenas e médias empresas enquadradas no sector formal, e a desenvolver ambos os sistemas de arrecadação de receitas internas e de afectação dos recursos orçamentais. Entretanto, não existe no PARPA uma clareza relativa à conexão efectiva entre a componente económica e a social, enquadrada no chamado Capital Humano, quer dizer, o PARPA apresenta o pilar do desenvolvimento económico como o único responsável pelas acções de geração de riqueza, e o pilar do Capital Humano como um pilar assessorio, sem implicação nenhuma nas acções de combate à pobreza.

As lacunas que merecem destaque têm a ver com o processo de operacionalização do PARPA, pois, na qualidade de um instrumento de orientação dos processos de planificação sectoriais, a sua implementação exigia, por parte dos diversos actores, a observância de alguns princípios, como por exemplo a coordenação intersectorial, a observância dos assuntos transversais, dentre outros. Entretanto, e conforme pudemos constatar no trabalho de campo realizado pela equipa, pouco foi feito pelos diversos actores implicados no PARPA, junto das comunidades, senão vejamos

- A implementação do PARPA exigia um grande exercício de coordenação institucional e de articulação técnica, para que, efectivamente, se pudesse alcançar resultados desejados nos diferentes domínios contidos no documento. Exemplificando com a área agrícola, não foram registados esforços conjugados entre o sector da agricultura e o da indústria e comércio, no que diz respeito à promoção da produção agrícola e incremento da comercialização dos excedentes dos camponeses. Quer dizer, estes dois sectores não foram capazes de criar um sistema eficaz, que fizesse com que, em determinadas zonas, o

incremento da produção encontrasse o equivalente, em termos de resposta relativa à colocação no mercado dos excedentes resultantes de tal produção. Em relação à Segurança Alimentar e Nutricional, por exemplo, o PARPA refere que estas questões estão intimamente ligadas às estratégias de redução da pobreza, do desenvolvimento rural e agricultura, pela importância da agricultura para a produção de alimentos, para a economia familiar e nacional através da geração de rendimentos e fornecimento a mercados. Entretanto, há a salientar o fraco empenho das instituições implicadas em todos os processos que visam o incremento da produção e de mercados. Paralelamente, houve fraco envolvimento das organizações da sociedade civil e das comunidades nas acções das instituições governamentais. Falando da componente de género, ela se refere à construção social de identidade, baseada no sexo, que interage com outras influências sociais tais como, rendimento, educação, religião, cultura, entre outros. Dada a sua importância nos processos de combate à pobreza, esta componente necessita de um tratamento mais específico nas acções dirigidas às comunidades camponesas, por forma a se obter resultados positivos, de acordo com as práticas culturais.

2.4.8.2. A Segurança Alimentar e Nutricional no quadro da Política Agrária

Conforme a Política Agrária, a Segurança Alimentar constitui uma das grandes metas⁷³ daquele instrumento normativo, que enquadra a actividade agrária nos grandes objectivos de desenvolvimento económico do país, pois a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional afigura-se como responsabilidade do Estado, tendo em conta que é através dela que se pode assegurar o direito de todos os cidadãos o acesso à alimentos de qualidade, em quantidades suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis, sem se pôr em causa o acesso a outras necessidades essenciais nem ao sistema alimentar futuro.

No que diz respeito à produção de alimentos, com vista a se alcançar a auto-suficiência e segurança alimentar, a Política Agrária destaca como principais produtos: o milho, o arroz, a mapira, a meixoeira, os feijões, o amendoim e a mandioca, assim como a produção de proteína animal, baseada fundamentalmente no desenvolvimento de ruminantes. Para tanto, a Política Agrária apresenta como estratégias a serem implementadas as seguintes:

- i) Produção de alimentos para o auto-consumo e mercado, baseando-se sobretudo nos pequenos e médios produtores agrícolas e agro-pecuários. Contudo, também será incentivada a participação do sector empresarial;*
- ii) Garantia do abastecimento em factores de produção, desenvolvimento de assistência técnica, comercialização dos excedentes, através da promoção e apoio ao estabelecimento de centros de apoio a produção, de nível local, (nomeadamente: associações, casas agrárias, privados e ONGs), que garantam a assistência ao camponês;*

⁷³ - As outras metas são: O desenvolvimento económico sustentável; A redução de taxas de desemprego e a redução dos níveis de pobreza absoluta.

a) *Garantia do fornecimento de sementes melhoradas de acordo com a aptidão agro-ecológica* Expansão de centros de multiplicação de raízes e tubérculos, garantindo a divulgação e disseminação das variedades adaptadas às regiões agro-ecológicas;

iii) *A promoção do acesso a recursos financeiros pelo camponês;*

iv) *O suporte dos sistemas de produção em zonas com aptidão agro-ecológicas;*

v) *O fomento pecuário, fundamentalmente de ruminantes, dando particular importância ao gado bovino e caprino, (...).*

Entretanto, embora a Segurança alimentar esteja prevista na Política Agrária, instrumento aprovado em 1995, Moçambique teve a sua primeira Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN), em 1998, quando o Conselho de Ministros aprovou tal instrumento, como resultado da Cimeira Mundial de Alimentação (CMA), realizada em Roma em 1996, quando os diversos países se comprometeram a reduzir a fome para metade até 2015. Na qualidade de instrumento multisectorial, no mesmo ano (1998), foi constituído o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), para coordenar e implementar a ESAN, com os objetivos de: planificar e implementar acções orientadas para as populações em situação de risco alimentar; formulação de políticas; e monitoramento e avaliação das acções de segurança alimentar voltadas para a população em situação de vulnerabilidade.

Actualmente está em implementação no país a Segunda Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESANII), que reconhece a necessidade de se incrementar a produção local de alimentos adequados para cobrir as necessidades nutricionais em quantidades e qualidades suficientes.

Tal como a Política Agrária contempla uma série de outras políticas, planos, estratégias, dentre outros instrumentos, para torna-la efectiva, a componente de Segurança Alimentar integra algumas políticas tidas como sendo as mais relevantes para a sua garantia, tais como: a própria Política Agrária e respectivas Estratégias de Implementação, o Programa de Agricultura (PROAGRI e II), a Estratégia da Educação, a Política da Saúde, a Política e Estratégia Nacional de Género, a Estratégia de Desenvolvimento Nutricional, a Política e Estratégia da Indústria, a Política e Estratégia do Comércio, a Política e Estratégia de Estradas, a Estratégia de Comercialização Agrícola, a Estratégia de Desenvolvimento Rural, o Plano Director de Combate as Calamidades Naturais, a Política de Pescas e Plano Estratégico de Pesca Artesanal, dentre outras.

Assim, a ESANII é apresentada como sendo uma estratégia que orienta as políticas e os planos multisectoriais e sectoriais com os quais se deve estabelecer sinergias e complementaridade a nível do país, no quadro da garantia da segurança alimentar e nutricional para as populações.

Entretanto, tal como nas outras componentes que fazem parte integrantes da Política agrária, nesta registam-se algumas preocupações, das quais destacam-se:

- A ESAN II, na qualidade de instrumento multisectorial, não contempla os grupos vulneráveis no conjunto das responsabilidades sectoriais, por forma a que tais grupos sejam sujeitos às acções de outras instituições com responsabilidades de intervenção no quadro da garantia à segurança alimentar e nutricional às populações. Quer dizer, ao nível da ESAN II, os mais vulneráveis estão apenas na responsabilidade da intervenção do Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS), através do Instituto Nacional da Acção Social (INAS). Esta percepção reduz o âmbito de abordagem do problema junto destes grupos, se tivermos em conta que tais grupos (os vulneráveis), são constituídos não apenas por pessoas sem capacidades para o trabalho, conseqüentemente, algumas destas pessoas precisam de ser capacitadas por sectores tais como a Agricultura, a Indústria e Comércio, a Educação, a Saúde, dentre outros, para que possam beneficiar da assistência necessária, que lhes ajude a superar as dificuldades alimentares e nutricionais que apresentam, que, muitas vezes não são causadas por falta de produtos alimentares, mas, por desconhecimento sobre como aproveitar determinados produtos existentes na região para a alimentação, ou para produzir algo comercializável, cujo rendimento pode ser utilizado para a compra de alimentos, etc.
- A intervenção em torno da Segurança Alimentar e Nutricional não tem sido contínua, nem tem merecido a devida atenção por parte das entidades responsáveis, por forma a ser capaz de alterar o comportamento das populações em relação à cultura e aos hábitos alimentares, e a se criar uma mentalidade positiva em relação a esta matéria. Na maior parte das vezes, a intervenção no campo de Segurança Alimentar e Nutricional aparece circunscrita a alguns locais, e em determinadas épocas, associada a calamidades; ou circunscrita a algumas instituições, para colmatar alguns problemas (na saúde – programa de HIV/SIDA ou de combate a problemas nutricionais, na educação –lanche escolar).
- A área das infraestruturas (estradas, pontes, armazéns, cantinas) é extremamente importante para a segurança alimentar, pois quando as estradas estão em boas condições de transitabilidade, quando há uma rede comercial que se estende até as aldeias, quando há condições de armazenagem e conservação de produtos, a comercialização agrícola efectiva-se sem grandes constrangimentos e os produtos alimentares chegam até os locais mais recônditos do país, fazendo com que as populações os adquiram em tempo útil.
- O abastecimento em factores de produção é fraco, e a assistência técnica àqueles factores de produção que o exigem é débil, dentre outras lacunas de implementação da Política Agrária no quadro da segurança alimentar e nutricional.

2.4.8.3. Aspectos relativos ao PROAGRI

O primeiro Programa Nacional de Investimento no sector da agricultura (1998 – 2004), o PROAGRI I, foi concebido no quadro do cumprimento dos objectivos a longo prazo, do sector da agricultura em Moçambique, que são:

*"Melhorar a segurança alimentar e reduzir a pobreza, através do apoio aos esforços dos pequenos produtores, às agências do sector privado e do Governo e não governamentais no sentido de aumentarem a produtividade agrícola, o agro-processamento e a comercialização, ao mesmo tempo que se mantém uma via sustentável para a exploração dos recursos naturais foi importante para se alcançarem estes objectivos a longo prazo"*⁷⁴.

Dentre os aspectos constantes no PROAGRI I, destaque vai para aqueles que sublinham a necessidade de maior ligação entre a investigação e a extensão, a necessidade de prestação de contas aos produtores relativamente aos serviços prestados, sistemas múltiplos de prestação dos serviços de extensão, inclusão social (em particular as mulheres, jovens e pessoas vivendo com o HIV/SIDA), dentre outros.

Cumprida a primeira fase do PROAGRI, a segunda iniciou efectivamente em 2006. O documento do PROAGRI II (2006-2010) apresenta a estratégia para o sector da agricultura em Moçambique, que envolve não só uma grande variedade de actores do sector comercial, agricultores de pequena escala, sociedade civil e o sector público, mas também vários ministérios do sector público.

De referir que o PROAGRI II tem como objectivos principais: (a) consolidar a capacitação institucional conseguida com o PROAGRI I e concluir a reforma do Ministério da Agricultura e a transformação das suas modalidades de funcionamento (b) melhorar a capacidade a nível provincial e distrital em termos de planificação agrária e implementação de programas em conexão com as intervenções que apoiam a descentralização para o nível distrital; (c) encorajar e promover a evolução de grupos de agricultores e de associações e as suas parcerias com as agências apropriadas do sector público, privado e das ONGs, como provedoras de serviços e/ou com empresas parceiras; e (d) traduzir essas melhorias em benefícios directos, tangíveis e significativos em termos de benefícios e impacto, sendo a maior prioridade dada a aceleração da implementação de intervenções directamente produtivas ao nível dos pequenos e médios agricultores e dos agregados.

Três categorias de actividades foram consideradas no PROAGRI II; (i) as funções nucleares mínimas do MINAG, que são essencialmente orientadas pela oferta; (ii) actividades internas orientadas pela procura, que incluem tudo desde a investigação, actividades de extensão para fortalecer as associações de agricultores; e (iii) actividades externas orientadas pela procura, que são essenciais para o desenvolvimento da agricultura, mas que se situam para além do mandato do MINAG, como os mercados, as finanças rurais, infra-estruturas rurais e um ambiente favorável. Conforme o PROAGRI II, a implementação da última categoria de actividades seria

⁷⁴ - in Plano Director de Extensão Agrária (2007-2017), Maputo, Maio de 2007.

coordenada pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento e pelas Direcções Provinciais do Plano e Finanças.

O PROAGRI II apresenta a Extensão Agrária como uma das funções nucleares do Ministério da Agricultura investida de grande importância para a provisão de outros serviços agrários a nível central, provincial e, principalmente, ao nível distrital.

Entretanto, tal como em outros instrumentos, as estratégias contidas nas duas fases do PROAGRI não conseguiram ser executadas tal como o previsto, por forma a se alcançarem os objectivos concebidos. Como exemplos, temos:

- O PROAGRI I não conseguiu operacionalizar a visão sobre a desconcentração, participação comunitária e coordenação entre sectores, aspectos realçados na Política Agrária e Estratégia de Implementação. Isto teve como resultado a centralização, progresso lento no apoio público para a capacitação das comunidades e dos agricultores, assim como a fraca coordenação com outros sectores ao nível do Governo local⁷⁵. Apesar da Estratégia do PROAGRI II ter procurado corrigir tais falhas de concepção do PROAGRI I, com a sua ênfase sobre o papel das associações de agricultores, na planificação distrital participativa, assim como na provisão de serviços orientados pela procura por parte de intervenientes múltiplos, com a coordenação e gestão feita ao nível distrital, as evidências no terreno mostram que o país ainda está longe de conseguir a operacionalização de tal visão (desconcentração, participação comunitária e coordenação entre sectores).
- Outra lacuna a destacar é que a Estratégia do PROAGRI (I e II) não conseguiu tornar efectivo o estabelecimento de um Sistema Nacional de Extensão Agrária para facilitar a transformação do sector da agricultura de pequena escala através da inovação agrária, nos termos da Política de Extensão Agrária.
- O papel das Direcções Provinciais de Plano e Finanças no campo agrário, com destaque para a sua intervenção no campo dos mercados, nas finanças rurais, infra-estruturas rurais e na promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de acções da área agrária, é pouco visível, se tivermos em conta que a maior parte de reclamações dos produtores estão ligadas a estes factores que deviam estar sendo diligenciados pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento.

2.5. Resumo dos principais pontos fracos que acompanham a área agrária, com destaque para o sector da agricultura

⁷⁵ - Idem.

- Dificuldades na concretização (implementação) do estabelecido pelos instrumentos normativos e de orientação (Política Agrária, estratégias, planos, programas e projectos, dentre outros) – de referir que, se existe falta de alguns instrumentos normativos e de planificação, entretanto, os instrumentos existentes, estes apresentam-se tecnicamente, metodologicamente e didacticamente bem elaborados. Entretanto, falta uma estrutura sólida, dos órgãos centrais aos Distritos capaz de dar um impulso desejado, na implementação de tais instrumentos, conforme os objectivos e as metas definidas;
- Fraca aposta à investigação (pesquisa) – não há desenvolvimento sem que se tenha um sector investigativo bastante forte. Entretanto, na área agrária, o sector de investigação é um dos elos mais fracos, com poucos técnicos, sem recursos suficientes para as acções de investigação e para a divulgação dos resultados de tais pesquisas;
- Fraca ligação entre a investigação e a extensão – a extensão é aquele sector que se alimenta dos resultados da investigação, nas suas acções junto dos produtores. A nível do nosso país essa ligação afigura-se extremamente débil;
- Poucos quadros formados para a área agrária – a quantidade de técnicos especializados é extremamente insignificante, para se conseguir a capacitação desejada, nos moldes referidos pelas políticas, por forma a se alterar o quadro actual nesta área.
- Fraca planificação e orçamentação do processo de produção agrária e gestão de informação científica;
- Forte dependência da produção agrária ao sector familiar – a produção agrária em Moçambique é extremamente dependente ao sector familiar, sector que ocupa mais de 90% dos cerca de 5 milhões de hectares cultivados. Entretanto, este sector é altamente vulnerável a várias adversidades, e não tem merecido o apoio necessário, o que acaba fragilizando a área agrária como um todo;
- Baixos níveis de produção e produtividade – pelo facto de não se apostar na agricultura empresarial forte, e de exportação, os níveis de produção estão condicionados aos baixos resultados da produção do sector familiar. De referir que a nível do país a produção empresarial já criou milhares de empregos, como, por exemplo, a Província da Zambézia, que tinha um sector empresarial agrário bastante forte, e que hoje o mesmo não existe, o que se reflecte na penúria a que a sua população está votada. É o caso das companhias chazeiras, as únicas do país, que se encontravam nos distritos de Gurùè, Milange, Ile e Lugela; as companhias de produção de copra, nos distritos de Pebane, Maganja da Costa, Nicoadala, Namacurra, Inhassunge e Chinde, as algodozeiras, nos distritos de Mocuba, Morrumbala, Ile e Alto Molocue, a açucareira de Luabo, as vilas agro-comerciais de Majaua (Milange), Mocubela (Maganja da Costa), Naciaia e Macuse (Namacurra), dentre outras, nascidas das actividades agrárias.

Tabela 17: Evolução da produção agrícola das culturas de rendimentos, 2004 – 2008

Culturas	Em toneladas por Ano				
	2004	2005	2006	2007	2008
Algodão Caroço	89	102	122	72	70
Castanha de Caju	52	52	63	74	96
Cana de Açúcar	2 060	2 028	2 104
Chá (folha verde)	16	17	...
Cítrinos	32	35	23
Copra	47	47	38
Tabaco	47	62	59	73	62
Girassol	4	4	7	8	10

Fonte: Ministério da Agricultura - Dir. de Economia - Depart. de Estatística

- Fraco uso de insumos agrícolas – regista-se uma gritante falta de sementes melhoradas, fertilizantes, tracção animal, etc.;
- Fraca rede de comercialização de insumos e produtos agrícolas – há famílias inteiras, com mais de cinco pessoas activas, que dependem, muitas vezes, de uma única enxada de cabo curto!
- Vias de comunicação para o escoamento de produtos em estado deplorável – o que dificulta a movimentação dos compradores de produtos agrícolas para as zonas de produção;
- Falta de condições de conservação dos excedentes de produção (armazéns, cilos);
- Fraca rede de infra-estruturas para o processamento e distribuição dos produtos agrários;
- Fraca rede formal de comercialização dos excedentes agrícolas;
- A agricultura praticada é de sequeiro;
- Fraco aproveitamento das potencialidades hídricas que o país oferece para a área agrária;
- Fraca disponibilidade de instituições financeiras que intervem na área agrária;
- Produção agrícola dependente às condições climatéricas – esta situação deixa os produtores vulneráveis às secas, cheias e outras calamidades ligadas ao clima;
- Fraca capacidade de combate às pragas;
- Fraca mecanização da agricultura;

- Fraca aposta na agricultura empresarial – a agricultura empresarial é uma componente da agricultura que pode criar condições para o aumento das exportações tanto para as culturas de rendimento, assim como outras culturas. Entretanto, não existe nenhum mecanismo que estimule o desenvolvimento deste tipo de agricultura, embora o país apresente condições agro-ecológicas para tal prática;
- Baixo orçamento do Estado direccionado para a área agrária – sendo um país essencialmente agrário, que aposta numa Revolução Verde, como a forma para retirar as populações da pobreza absoluta, tinha que se investir muito nesta área. Entretanto, o orçamento de Estado destinado a esta área não passa os 4%⁷⁶;

Fraco envolvimento das comunidades nas acções de planificação, disseminação de informação e de implementação de actividades relevantes no campo da agricultura;

- Fraca articulação entre os sectores do Governo Responsáveis pela promoção das políticas e os diversos actores de implementação, quer dizer, a todos os níveis, com reflexos graves a nível dos distritos, as representações dos Ministérios da Agricultura e da Indústria e Comércio, pouco têm feito em termos de comunicação com os camponeses, quer dizer, poucos envolvem os parceiros (Organizações Não-Governamentais que intervêm na área e as associações dos próprios camponeses) em acções de planificação, disseminação de informação e acompanhamento de acções direccionadas aos camponeses. Para ilustrar, vejamos o que Piri⁷⁷ nos apresenta:

“Referente ao relacionamento entre a (...) e as autoridades administrativas de Marávia, o estudo mostra que o Governo Distrital não está suficientemente informado e equipado em termos de recursos humanos e meios de transporte para o acompanhamento efectivo e a coordenação de acções das ONG`s que actuam no Distrito, o que faz com que nem todas as actividades da (...) fossem efectivamente acompanhadas pelo Governo Distrital(...). Esta situação é agravada pela ausência de um organismo governamental para acompanhamento das acções das ONG`s, o que faz com que muitas actividades desenvolvidas por estas não sejam conhecidas”.

Importa sublinhar que o Plano Director de Extensão Agrária (2007-2016)⁷⁸, enfatiza a necessidade de envolvimento de parceiros, nos seguintes termos:

“O PARPA I e o PROAGRI II têm como meta para 2009 relativamente à Extensão Agrária pública directa, incluindo a terciarização, a assistência a 500.000 agregados de pequenos produtores. A meta para 2007 é de 222.300 agregados. O aumento

⁷⁶ - Relatório da Inspeção de Finanças, citado pelo Jornal SAVANA, de 29/10/2010.

⁷⁷ -Piri, Frenk. Trabalho de Licenciatura em Sociologia, ISCTEM, 2010.

⁷⁸ -Ministério da Agricultura, 2007.

vai ser conseguido essencialmente através do envolvimento de outros provedores de serviços por meio da contratação de provedores de serviço das ONGs e do sector privado, mas também através do envolvimento de produtores-promotores”.

2.6. Exemplos do Desenvolvimento Agrário em dois países: o Brasil (CPLP) e o Malawi (SADC)

2.6.1. A Área agrária no Brasil⁷⁹

A área agrária⁸⁰, com particular destaque para o sector da agricultura, é um dos ramos económicos mais estratégicos do Estado Brasileiro, pois, nele está a base de sustentação da consolidação do programa do Governo para a estabilização da economia, conhecido por “Plano Real”, iniciado em 1994⁸¹.

Na economia brasileira destaca-se ainda o papel desempenhado pela indústria agrária, a chamada “agroindústria”, segmento este que produz um grande efeito multiplicador no PIB. Além disso, os produtos de origem agrária, com particular destaque para a componente agrícola (produtos não processados, semi-processados e industrializados) tem um grande peso na relação de artigos de exportação.

A *agribusiness* (que inclui a soma das operações de produção e distribuição de insumos, novas tecnologias agrárias, produção propriamente dita, armazenamento, transporte, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e pecuários, e seus derivados⁸²), e a participação do complexo agroindustrial, cobrem mais de 35% do PIB, evidenciando o efeito multiplicador que a área agrária exerce sobre a economia em geral, e sobre o desenvolvimento das regiões situadas no interior do País, em particular.

⁷⁹ -In www.brasil.ru/pt/business/agriculture (consultado a 16/12/2010).

⁸⁰ - No presente trabalho a referência à área agrária inclui três sectores, o da agricultura, o da pecuária e o florestal, conforme consta da Política Agrária e Estratégias de Implementação. Entretanto, o texto brasileiro por nós consultado, a componente de Agricultura inclui dois segmentos, o da agricultura propriamente dito, e o de pecuária. Assim, para este trabalho, o sector da agricultura deve-se entender como aquele que se dedica ao trabalho da terra (cultivar, plantar e colher), enquanto que a referência à área agrária inclui a agricultura, e a pecuária (criação de animais). Neste trabalho o sector florestal não foi desenvolvido, conforme os termos de referência.

⁸¹ - www.wikipedia.org/wiki.

⁸² - Esta, na nossa óptica, é a componente ausente na área agrária Moçambicana, e constitui-se numa das principais lacunas, conforme nos referimos ao longo deste trabalho.

A agropecuária representa cerca de 12% do PIB nacional, considerando-se apenas o valor da produção. De salientar que a área agrária no Brasil tem uma contribuição enorme no controlo da inflação daquele país-continente.

No campo das exportações brasileiras, apesar da participação da área agrária tenha registado uma redução substantiva, devido ao processo de industrialização do País, entretanto, esta área ainda se afigura como fundamental, pelo facto de, mais de 1/4 das exportações brasileiras, serem ainda provenientes desta área.

O Brasil destaca-se no contexto internacional como um grande exportador, com uma diversificada pauta de exportação de produtos agrários, na qual se destacam os seguintes produtos: café, sumo de laranja, grãos, farelo e óleo de soja, açúcar, tabaco e cigarros, papel e celulose, carnes bovina, suína e de aves.

De referir que em 2010 a OMS apontou o Brasil como o terceiro maior exportador agrário do mundo, depois dos Estados Unidos e da União Europeia. Os factores que levaram a este resultado são vários, apontando-se como principais os seguintes⁸³:

- Amelhoria dos insumos utilizados (sementes, adubos, máquinas),
- Adopção de políticas públicas de incentivo à exportação,
- A redução da carga tributária (como, por exemplo, a redução do imposto de circulação),
- A adopção de uma taxa de câmbio real que permitiu estabilidade de preços,
- O crescimento da produtividade das lavouras⁺
- Assim como a intercessão do governo junto à Organização Mundial do Comércio para o derrube de barreiras comerciais existentes contra produtos brasileiros em países importadores.

No quadro da Segurança Alimentar e Nutricional, o Brasil promove uma grande oferta de produtos agrários à população a preços razoáveis, o que faz com que o país mantenha uma inflação em níveis baixos, impedindo a deterioração do poder de compra da maioria da população, consequentemente, contribuindo para a segurança alimentar da população. De salientar que no Brasil os alimentos constituem um bem-salário.

No campo da pesquisa agrária, o Brasil deu uma grande aposta neste domínio, na qualidade de uma das componentes propulsoras do desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Assim, para dar maior consistência neste domínio, o Brasil criou uma empresa de pesquisa, na década 70, designada por “Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)”. Actualmente tal empresa encontra-se representada em todo o país, cobrindo vários municípios.

A EMBRAPA foi fundada com o objetivo de diversificar a produção agrícola, tendo sido responsável pelo desenvolvimento de novas formas de cultivo da terra, adaptadas às condições peculiares das diversas regiões do país. Esta empresa deu início à expansão das fronteiras

⁸³ - Idem.

agrícolas para as chamadas zonas do cerrado brasileiro e para os latifúndios, que praticavam a monocultura, introduzindo a produção em escala semi-industrial de soja, algodão e feijão.

As pesquisas da EMBRAPA no Brasil contribuíram para o incremento da "revolução verde" na agricultura brasileira, pois nos anos 60 o Brasil possuía quatro culturas principais para exportação, na década de 90, volvidos cerca de vinte anos após a fundação da EMBRAPA, o Brasil passou a ter na sua carteira de exportação uma relação de 19 produtos agrários.

Além da pesquisa, o Brasil apostou também o fomento agrário, que incluiu estratégias tais como:

- Os créditos subsidiados para os produtores;
- O perdão de dívidas bancárias, e
- Os subsídios à exportação (que, em alguns casos, chegou a cinquenta por cento do valor do produto)⁸⁴.

Falando da agricultura familiar no Brasil⁸⁵, esta é responsável directa pela produção de grande parte dos produtos agrícolas brasileiros. Responde, assim, pela produção de 84% da produção da mandioca, 67% do feijão e 49% do milho⁸⁶.

Na década de 1990 a agricultura familiar brasileira apresentou um crescimento de sua produtividade na ordem de 75%, contra apenas 40% da agricultura empresarial. Este desempenho do sector familiar deveu-se, em grande parte, à criação de um programa nacional, denominado por “Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)”, que abriu uma linha especial de crédito para o financiamento do sector.

A agricultura familiar brasileira responde por 70% dos alimentos consumidos no país, o que perfaz um total de 10% do PIB. Em reconhecimento desta importância, o Estado tem promovido, anualmente, feiras nacionais, conhecidas por “Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária”, com o objectivo de divulgar a importância do sector familiar para a economia brasileira.

Como se pode depreender, os poucos exemplos que apresentamos, relativos à área agrária no Brasil, percebe-se que existe, naquele país, um encadeamento lógico entre as políticas, a implementação das políticas por parte das autoridades governamentais, em prol dos produtores, sejam estes do nível empresarial, ou familiar, e os resultados dessas políticas no campo de produção. Há uma comunicação efectiva entre as partes envolvidas, e as coisas funcionam. Não estamos a querer dizer que o Brasil não possui suas dificuldades, pois as dificuldades aparecem onde há trabalho. Entretanto, existe espaço e condições para as coisas acontecerem, é isso o que gostaríamos que acontecesse em Moçambique.

⁸⁴ - www.wikipedia.org/wiki

⁸⁵ - A agricultura familiar é aquela que ocupa apenas o núcleo familiar (pai, mãe, filhos e, eventualmente, avós e tios) nas lides da terra, podendo empregar até cinco trabalhadores temporários.

⁸⁶ - idem.

2.6.2. O Sector agrícola no Malawi⁸⁷

[Malawi](#) é um pequeno país da SADC, que faz fronteira com Moçambique, nas Províncias de Niassa, Zambézia e Tete, numa vasta linha de fronteira de cerca de 1.569 km. Cerca de 80% da população malawiana vive no campo, onde se dedica à agricultura de subsistência.

Com cerca de 11,8 milhões de [hectares](#), dos quais apenas 40% são cultiváveis, o país é densamente populoso, possuindo mais de 15 milhões de habitantes.

O país faz parte do grupo de países de baixo nível de desenvolvimento, colocando-se no lugar 153 da relação das Nações Unidas. A sua economia depende fundamentalmente da [agricultura](#), que representa 42% do PIB e 80% das exportações, tendo como principais culturas de exportação o tabaco, o chá e açúcar. Entretanto, importa sublinhar que o Malawi desde muito, dependeu da monocultura do tabaco.

Em termos de culturas alimentares, há a sublinhar uma aparente auto-suficiência alimentar do Malawi, com destaque para o milho. Isto tem a ver, em primeiro lugar, devido à sua estratégia de subsídio aos produtores em fertilizantes, o que aumenta os índices de produção deste cereal⁸⁸. Na década de 80, o Malawi chegou a exportar cereais para seus vizinhos fustigados, na época, pela seca prolongada. Em segundo lugar, devido à sua estratégia de fixação de cantinas rurais nas zonas fronteiriças com Moçambique, nas províncias de Tete, Zambézia e Niassa, e a promoção de campanhas de comercialização de cereais naqueles locais. Quer dizer, o Malawi possui uma rede de comercialização de excedentes, de armazenamento e distribuição de produtos agrícolas bastante sólida, o que atrai a muitos produtores moçambicanos, que viajam dezenas de quilómetros do interior de Moçambique (nas Províncias de Niassa, Nampula, Zambézia e Tete), para venderem os seus excedentes nos comerciantes espalhados ao longo da fronteira, num sistema de comércio desregrado, o que faz com que grande parte dos excedentes alimentares do Malawi sejam provenientes de Moçambique, comercializados por produtores moçambicanos, a preços não correspondentes aos custos de produção.

2.6.3. As lições obtidas em relação às práticas dos dois países

As experiências que os dois países nos transmitem, o Brasil, por um lado, na qualidade de um país de desenvolvimento elevado, e do Malawi, na qualidade de país de desenvolvimento baixo, porém, colocado acima de Moçambique na escala das Nações Unidas, mostram que não basta

⁸⁷ - In. www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/Malawi. (consulta a 16/12/2010).

⁸⁸ - Importa referir que, além da estratégia de subsídio aos fertilizantes, o Malawi, de uma forma estratégica, espalhou uma rede de cantinas junto de países vizinhos, que se dedicam à comercialização de excedentes, o que atrai a numerosos produtores Moçambicanos das Províncias de Niassa, Zambézia e Tete, devido à falta desta rede de comercialização de excedentes em Moçambique.

apenas ter riqueza em potencial, constituída por muitos recursos naturais, como é o caso do carvão de Tete, da maior reserva de água do que a existente em toda África do Sul na bacia do Zambeze⁸⁹; ou de possuir milhões de hectares de terras aráveis, mas é preciso, em primeiro lugar, a definição de estratégias claras e de prioridades. Depois é preciso uma vontade política para a implementação das estratégias e das prioridades.

O Brasil definiu que os alimentos constituem um bem-salário, e investe nesta componente, o que faz com que os produtos alimentares no Brasil sejam acessíveis à população. Além disso, a combinação da prática da agricultura, da pecuária, do processamento dos produtos agrários, da conservação e da sua distribuição, até a exportação, constituem aspectos fundamentais que fazem da área agrária das principais no campo económico brasileiro, quer dizer, é preciso industrializar a área agrária, colocando todas as condições necessárias para tal finalidade, sem se deixar de lado, claro o apoio à agricultura familiar, por forma a que esta deixe de ser de subsistência.

O Malawi, reconhecendo a sua fragilidade em termos de capacidades de produção, tendo em conta as condições naturais das suas terras, adoptou algumas medidas que respondem, em certa medida, as suas necessidades na garantia da reserva alimentar. Tais medidas, em parte, são sustentadas pela falta de uma estrutura sólida de apoio ao sector agrícola em Moçambique, na medida em que aquele país beneficia-se de uma importação informal de produtos agrícolas moçambicanos, produtos esses que são registados no Malawi, como sendo de produção daquele país. Como exemplo de saída de produtos de Moçambique para o Malawi, verifica-se que, nas épocas de pico de colheita do milho, milhares de toneladas deste cereal saem de diversos cantos das Províncias de Niassa, Zambézia e Tete, transportadas de bicicleta, para aquele país. E as autoridades Moçambicanas têm conhecimento desta realidade, cuja solução não parece estar para breve.

Será que a área agrária em Moçambique atingirá os patamares comparáveis ao Brasil, ou poderá reverter a situação de exportação informal de excedentes, com o tipo de práticas que temos, cujos exemplos encontramos no fracasso do GPZ, e na afirmação de um ex-Ministro da Agricultura de Moçambique, que aconselhou a um produtor a deixar de investir na agricultura, para identificar outra área, porque, com a agricultura, em Moçambique, não se enriquece? Muitas áreas em que, nos outros países, constituem apostas para a riqueza, para Moçambique, são áreas de mero entretenimento, entretanto, colocam-se figuras proeminentes, que nada fazem para reverter a situação, temos como exemplos as seguintes áreas: a começar pela agrária, a desportiva, a cultural (música, artes, literatuta), dentre outras. Onde está o grande problema? No nosso entender, o problema está no seguinte:

- Ainda não existe espaço apropriado para que as ideias brotem livremente;
- A descentralização ainda não é efectiva;
- Há muita supremacia nas instituições de Estado, do factor político-partidário, em detrimento do aspecto técnico-científico. E os profissionais mediocres refugiam-se bastante neste factor, fazendo intriga àqueles que querem desenvolver o exercício técnico.

⁸⁹ - Catueira, In: Jornal SAVANA, de 10/12/2010.

IV- Conclusão e recomendações

4.1. Conclusão

O trabalho que acaba de ser apresentado, resulta de um esforço da ORAM/ROSA, no sentido de contribuir para a percepção de como os instrumentos legais e de orientação, ligados ao sector agrário, estão sendo implementados pelos diversos segmentos da sociedade moçambicana.

Este trabalho, cuja amostra de pesquisa foi feita em 5 Províncias do país, nomeadamente, Cidade de Maputo, Província de Maputo, Província de Sofala, Província de Manica e Província de Tete, e foram auscultados diversos intervenientes que actuam no campo agrário, com destaque para o sector da agricultura, dentre os quais contam-se Secretários Permanentes Distritais, Directores Distritais das Actividades Económicas, Gestores de Institutos, Gestores de Organizações e Associações de Camponeses a nível Nacional, Provincial e Distrital, produtores singulares e associados, dentre outros.

O resultado é este, que vos chega em mãos, e que levanta elementos cruciais e preponderantes, apresentados pelos entrevistados, e suportados pelos documentos consultados, que merecem ser destacados, a saber:

- A maior parte dos instrumentos legais e de orientação existentes no país, são elaborados com muita precisão e alto rigor técnico, entretanto, estes são pouco divulgados, conseqüentemente, são pouco conhecidos por aqueles que, em princípio, deviam ser os responsáveis pela promoção, implementação, fiscalização da sua implementação e pela monitoria;
- As instituições, e no caso vertente, os órgãos do Ministério da Agricultura possuem muitos instrumentos reguladores e de planificação, entretanto, a sua implementação enfrenta vários constrangimentos, com destaque para os seguintes: fraca capacidade institucional para a sua implementação (gestores que assumem mais atitudes de políticos do que de técnicos, falta de técnicos em número suficiente e com qualificações razoáveis, para a disseminação dos programas, falta de meios de transporte, falta de incentivos atractivos para que os técnicos possam permanecer no campo, dentre outros); falta de fundos para os programas; falta de visão extratéutica de mudança da instituição, para se adequar aos novos desafios;
- Há falta de coordenação com os parceiros governamentais (como é o caso do Ministério da Indústria e Comércio, na definição de estratégias conjuntas de comercialização de excedentes, de insumos agrícolas, com o Ministério das Obras Públicas para a construção de infra-estruturas de armazenamento de excedentes, de estradas, com o Ministério dos Transportes para o escoamento de produtos, e com as ONG's que intervém na área, para a definição conjunta de prioridades, e o desenho de planos conjuntos de curto, médio e longo prazos;
- Há falta de coordenação (comunicação) com os produtores empresariais e com os operadores de crédito, para a criação de condições que permitam o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, geradora de emprego, de excedentes para a reserva alimentar do país, e que haja capacidade de produção para exportação;

- Há alguns sectores da sociedade que pensam que o país produz muito mas não consegue escoar o que produz, o que não é verdade. Segundo Castel-Branco⁹⁰

“Em termos agregados, a produção alimentar per capita está a reduzir a uma taxa média de 1,5% ao ano. Há zonas de excedente e outras de defice, mas o balanço das duas é que em cada ano a produção alimentar por cada cidadão é mais pequena. E nas zonas de excedente a produção não é muito grande. O que acontece é que a base logística é tão má que, mesmo volumes moderados de excedente não são comercializados a tempo”.

- Em relação à extensão agrária, de salientar que neste sub-sector extremamente chave para o desenvolvimento agrário existem muitas dificuldades, entretanto, há a sublinhar uma das dificuldades fundamentais, que é o facto dos extensionistas em exercício precisarem de formação sobre novas abordagens de extensão participativa e de capacitação dos camponeses e de produtores, pois o relacionamento interpessoal é uma das peças fundamentais para o sucesso das actividades comunitárias;
- Alguns programas que são criados, muitas vezes em nome da promoção da área agrária, acabam tendo uma orientação menos clara, o que, no lugar de fazer a tal promoção do desenvolvimento, transformam-se em mecanismos de fomento de intrigas entre gestores, aos seus diversos níveis. É o caso do extinto Gabinete do Vale do Zambeze que, de uma instituição que se esperava, que fosse a grande promotora do desenvolvimento das quatro Províncias do Centro do País, constituintes do Grande Vale, nada mais fez senão tornar-se num espaço de exibição do poder, votando as populações na miséria de sempre. Vejamos os dizeres de um responsável de uma associação de produtores, na Província de Sofala: *“Nenhuma acção do GPZ beneficia a província de Sofala e nem se quer sabemos para que serve o tal projecto porque os principais beneficiários não vem nada ligado a este projecto”* (Dirigente de uma organização de produtores da Província de Sofala, Outubro de 2010).
- As representações do Governo, na Base, muitas vezes desempenham o papel de meros repetidores do discurso do Chefe de Estado, deixando o seu verdadeiro papel, que é o de traduzir tal discurso em acções concretas. Isto tem a ver, por um lado, ao facto de que,

“o director que passa a maior parte de seu tempo a dedicar-se às missões partidárias, ser mais valorizado, conseqüentemente, ter maiores possibilidades de poder ascender a cargos mais elevados a nível do Ministério. Não se leva em conta que a maior política está no resultado do trabalho, que retira o povo da pobreza, e o

⁹⁰ - Castel-Branco, Nuno. In Jornal Savana, de 08 de Outubro de 2010.

país da miséria!” (Ponto de vista de produtores de Gondola, província de Manica, Dezembro de 2010).

Por outro lado, ao facto das mudanças, quando acontecem, serem feitas de forma parcial, quer dizer,

“só se nomeia o Ministro, e não se lhe dá as ferramentas para ele poder trabalhar, com uma equipa técnica de alta competência, um orçamento suficiente, e meios materiais e de transporte à altura, tanto nos órgãos centrais, nas Direcções Provinciais e nos Serviços Distritais. Esta realidade faz com que, se o dirigente, a um determinado nível, perceber que está a fracassar no campo técnico, se refugie na política. É só ver no Parlamento, quantos ex-Directores Provinciais da Saúde temos? Mas veja bem, há um sector que produziu muitos deputados da Assembléia da República, e se for a ver, este sector é o que menos trabalho técnico faz ao nível de Base!” (Um membro de uma associação na Cidade de Maputo, Outubro de 2010).

- É de salientar que a aposta à agricultura pode melhorar a economia familiar, o que melhora os níveis de segurança alimentar, reflectindo-se no melhoramento da dieta alimentae, conseqüentemente, da nutrição. Também a boa agricultura reflecte-se na qualidade de educação, pois com a venda dos excedentes as famílias encaminham os seus filhos à escola, e uma criança alfabetizada consegue evitar certas atitudes que contribuem para o aumento das doenças (adoção de medidas de higiene pessoal e familiar), etc.
- A agricultura empresarial gera milhares de empregos, o que influencia na redução dos níveis de pobreza das populações, assim como do país como um todo.

“É só tomarmos o exemplo da Província da Zambézia, que já foi a mais populosa do país, e uma das mais prósperas, que contribuía, com a sua produção agrícola, com uma percentagem bastante significativa no PIB do país, devido à produção agrícola do tipo empresarial. Hoje, com todas empresas e companhias praticamente falidas, a Zambézia é das províncias mais pobres de Moçambique, que vê o seu futuro sombrio, e sem perspectiva, onde os jovens não pensam em mais nada, senão mudarem-se para outros cantos do país, onde vão “lutar para a sobrevivência”, nas suas diversas formas, incluindo o engrossamento das redes de delinquentes e marginais!” (idem).

3.2. Recomendações

Em jeito de recomendações, temos a tecer o seguinte:

- A produção alimentar deve ser encarada pelo Governo, e pela classe empresarial, como prioritária, o que exige esforços adicionais tanto do Governo, quanto do sector privado para a tornar viável para os produtores e acessível para os consumidores.
- Assim, o novo Ministro da Agricultura, antes da Revolução Verde, o grande desafio que tem é fazer uma revolução institucional no sector. Se persistir no erro dos seus predecessores de colocar a andar uma máquina avariada, sem antes a reparar, não durará, ou pelo menos, não fará diferença.
- É fundamental que se promova a agricultura, nos termos em que a Política Agrária e estratégias de implementação preconizam, por forma a que se cumpra os objectivos a longo prazo do sector da agricultura no país, que são: melhorar a segurança alimentar e reduzir a pobreza, através do apoio aos esforços dos pequenos produtores, às agências do sector privado e do Governo e não governamentais no sentido de aumentarem a produtividade agrícola, o agro-processamento e a comercialização, ao mesmo tempo que se mantém uma via sustentável para a exploração dos recursos naturais.
- Os Serviços de Extensão devem ser capacitados em recursos de diversa ordem (humanos, materiais, meios de transporte, equipamentos, etc.), por forma a desenvolverem com efectividade as actividades que beneficiem o pequeno produtor familiar, o produtor cooperativo, e o empresarial.
- A extensão agrária deve ser capitalizada, recorrendo-se às sinergias existentes nas comunidades, através do aproveitamento das capacidades proporcionadas pelas associações de camponeses e por outros actores colectivos ou singulares, com capacidades de possuir extensionistas.
- Necessidade de envolvimento das ONGs e associações de camponeses na réplica de experiências positivas de apoio aos camponeses no fortalecimento das suas capacidades de maneo dos recursos naturais e na sua capacidade de produção, através de um modelo de extensão participativa, em que os camponeses partilham na descoberta e experimentação de novas técnicas agrárias, adaptadas às suas condições e prioridades, como acontece na experiência das Escolas na Machamba, da produção colectiva (xitique de abertura de machambas e de colheita), no fomento pecuário, assim como na prática da agricultura de conservação.
- É preciso, acima de tudo, que se adoptem medidas contundentes, capazes de revolucionar o sector da agricultura, fundamentalmente nos aspectos relativos a:
 - i) Adopção de incentivos (não fiscais), mas, que se resumam na criação de facilidades de serviços de apoio à produção agrícola (sementes, serviços de produção de sementes melhoradas, análise de solos, créditos, serviços de manutenção de equipamento, serviços de transporte e comunicação, etc.);

- ii) Criação de fundos de garantia para os créditos, seguros de campanhas agrícolas para comercialização;
 - iii) Criação de fundos para:
 - Promoção da investigação/pesquisa;
 - Formação do pessoal técnico especializado e de extencionistas agrários em quantidades suficientes;
 - Assistência técnica aos camponeses do sector familiar, produtores singulares, associações e aos empresários agrários;
 - iv) Necessidade de aumento da disponibilidade de sementes melhoradas para os camponeses e produtores rurais, através da melhoria do sistema de produção local de sementes, potenciando os pequenos produtores locais;
 - v) Garantia da assistência técnica aos produtores e camponeses;
 - vi) Potenciação do sector privado ligado à: área agrária, da rede de transportes, e da comercialização;
 - vii) Estímulo da produção empresarial para a comercialização e exportação;
 - viii) Necessidade de envolvimento de parceiros não-governamentais nos programas direccionados para a promoção das actividades de desenvolvimento agrário, em todos os níveis;
 - ix) Necessidade de reabilitação e construção de infra-estruturas de apoio à área agrária, tais como estradas, pontes e pontecas, armazéns/cilos e indústrias de processamento de produtos agrários, etc.
- As ONG's e os operadores privados que actuam na extensão agrária constituem um segmento extremamente essencial na promoção das actividades agrárias, fundamentalmente para as culturas de rendimento (operadores privados). Assim, o governo, através dos seus órgãos de coordenação (Ministérios da Agricultura, da Indústria e Comércio, e outros), deve capitalizar estas sinergias, por forma a que se constituam num elemento propulsor e difusor da Política Agrária no seio dos camponeses e produtores.
 - A área de comercialização é das principais impulsionadoras do relacionamento económico entre as zonas rurais e urbanas ou entre produtores e consumidores. Neste sentido, é fundamental que a promoção da comercialização agrícola de modo a contribuir para o crescimento da agricultura e da indústria, orientadas para o mercado interno e para a exportação, sejam encaradas com muita responsabilidade por parte das estruturas responsáveis por parte do Governo.

- Há a necessidade de criação de uma Agenda Nacional de Investigação, através da qual poder-se-á criar programas de investigação aplicada capazes de dar resposta aos problemas específicos dos camponeses e produtores agrários.
- É fundamental que se faça lobby junto do Governo por forma a que a investigação agrária passe a ser prioridade na alocação de recursos, financiando-se os órgãos ligados ao Ministério da Agricultura, assim como as Universidades (Faculdades de Agronomia) para dar resposta aos problemas de produção agrícola, sobretudo, dos pequenos produtores no contexto da erradicação da pobreza absoluta.
- Necessidade de se garantir a capacitação regular dos investigadores existentes
- Os recursos humanos constituem um dos determinantes fundamentais para o desenvolvimento agrário, pois o avanço da ciência e tecnologia, especialmente a tecnologia agrária, exige que se tenha pessoal qualificado e com competências técnicas que possam trazer as necessárias mudanças no sistema agrário. Assim, é preciso que os programas de desenvolvimento de recursos humanos desenhados pelo Ministério da Agricultura e os institutos subordinados abarquem todos os profissionais da agricultura, a todos os níveis, por forma a que, a médio prazo o país tenha técnicos cujas intervenções sejam capazes de responder ao preconizado pela Política Agrária e as respectivas estratégias de Implementação. De referir que a Política Agrária refere que o desenvolvimento dos recursos humanos na área agrária tem como prioridades *“a formação e enquadramento de técnicos nacionais do sector agrário; e estabelecimento de mecanismos de incentivo e carreiras profissionais.*
- Assim, é de extrema prioridade que o sector de gestão da área agrária encontre formas de implementação das estratégias ligadas à componente de recursos humanos, preconizadas pela Política Agrária, se o país quiser deixar de pertencer ao conjunto de países que fazem parte do grupo cujo índice de desenvolvimento humano é o mais baixo a nível mundial.
- Em relação Fundo de Desenvolvimento Distrital, há a salientar o seguinte:
 - i) Necessidade de promoção de acções de formação ou capacitação dos gestores de tal fundo;
 - ii) Identificação de mecanismos eficientes de avaliação dos projectos;
 - iii) Maior fiscalização das acções financiadas, para se garantir o retorno dos valores alocados.
- As Associações Agrárias e de produtores devem ser promovidas, e deve-se criar uma rede de comunicação e *feedback* com todos os intervenientes da área agrária.

Em relação à Segurança Alimentar e Nutricional:

- Nesta matéria, o Estado deve criar condições necessárias de cumprimento do seu papel, capacitando as suas instituições que fazem parte do SETSAN (capacitação técnica, material, humana e financeira), por forma a se garantir efectivamente o desenvolvimento de acções sustentáveis, de carácter permanente, em todo o território nacional, com vista a se garantir que todos os cidadãos tenham, a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável. Quer dizer, as acções do Estado deverão ser focalizadas para:
 - i) A ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção agrícola, do processamento, da industrialização, da comercialização, do abastecimento e da distribuição dos alimentos. A efectivação desta cadeia cria condições de emprego, da redistribuição de renda, de combate à fome, e de outros males associados à pobreza;
 - ii) A produção de conhecimento, pesquisa, sistematização, disponibilização e acesso à informação sobre segurança alimentar e nutricional no país;
 - iii) O apoio ao processo de mobilização de recursos para o financiamento das acções das organizações da sociedade civil, que trabalham com as comunidades em programas diversificados, porém, que concorrem para o combate à pobreza e ao melhoramento da segurança alimentar das populações, com incidência para as zonas rurais.
 - iv) Necessidade de se passar do tratamento da insegurança alimentar e nutricional sob o ponto de vista emergencial, para passar a ser vista como um elemento que põe em causa o desenvolvimento nacional, por isso, merecedor de um tratamento holístico e multisectorial, em que se procura explorar as causas da insegurança alimentar e nutricional e procurar combatê-las de forma mais estrutural.
 - v) Necessidade de ampliar a cobertura e qualidade dos serviços de SAN nas províncias e distritos, e é importante melhorar-se o nível de conhecimentos e instrumentos para a execução coerente dos programas orientados para a SAN.
 - vi) Necessidade da criação do Sistema Nacional de Reserva Alimentar, capaz de providenciar a compra de excedentes, a sua estocagem, e a distribuição para as zonas de risco, ou que estejam a necessitar de abastecimento no quadro da SAN.
 - vii) No quadro dos esforços relativos à coordenação de acções ligadas à SAN, o **SETSAN** não tem sido eficiente no cumprimento desta tarefa, talvez pelas limitadas capacidades de abordagem e de manobra junto das instituições que dele fazem parte. Assim, a substituição do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional para um **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, que fosse presidido pelo Primeiro Ministro, com réplicas nas Províncias, Distritos e Municípios, presididos pelos Governadores Provinciais, Administradores Distritais e Presidentes dos Municípios, fosse a melhor solução, para tornar esta componente transversal do PARPA, e da Política Agrária, num factor propulsor de desenvolvimento. De referir que um Conselho Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional seria a estrutura institucional mais adequada para assegurar e fortalecer os esforços de SAN realizados pelo Estado, a Sociedade Civil e a cooperação internacional no país.

- **Em relação à sociedade civil esta deve ser motivada para:**

- i) Participar na formulação de políticas, estratégias e programas locais de SAN e promover o envolvimento das populações assistidas em todas as fases de implementação dos programas;
- ii) Estabelecer redes de solidariedade e segurança alimentar locais;
- iii) Apoiar o Estado na implementação das acções enquadradas na SAN, tais como:
 - identificação de grupos e pessoas vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional,
 - edificação de infra-estruturas locais viradas para a SAN,
 - educação do cidadão sobre boas práticas agro-pecuárias, alimentação e nutrição, formas alternativas de renda, stocagem e comercialização da produção alimentar, saúde comunitária, o planeamento participativo e igualdade de género;
 - planificação e intervenção nas situações de emergência;
 - apoio a organização dos produtores em associações e capacita-las em técnicas melhoradas de produção, tratamento pós-colheita e comercialização agrícola; e
 - apoio na construção, reabilitação e manutenção de estradas terciárias.

- A Sociedade Civil deverá se capacitar por forma a utilizar o espaço do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para advogar em prol dos camponeses, em todas as matérias relativas à implementação da Política Agrária e Estratégia de sua implementação.
- O atendimento aos grupos mais vulneráveis deve ser de natureza multisectorial, em que outros intervenientes tenham um papel activo na criação de capacidades para que os vulneráveis com capacidades para o trabalho, possam ser integrados em diversas acções do sector produtivo, de formação, dentre outros.
- Uma intervenção no campo de segurança alimentar com uma componente forte de natureza educativa traria maiores resultados no seio das populações, pois sabe-se que uma das causas de insegurança alimentar em determinadas zonas tem a ver com a venda do pouco que as pessoas conseguem produzir, não deixando quase nada para a provisão de alimentos para a família. A outra causa tem a ver, como foi dito, com razões culturais (em determinadas regiões as crianças não são permitidas consumir ovos, noutras, as populações não consomem certos produtos da natureza, consumidos em outras regiões, como certas verduras). Assim, as actividades no âmbito da segurança alimentar tinham de ser desenvolvidos mais para a educação das populações, numa combinação de esforços

orientados para a produção de produtos alimentares, para a conservação de tais produtos, para a distribuição, para o armazenamento e comercialização.

- Há a necessidade de envolvimento de privados e de organizações da sociedade civil, incluindo as vocacionadas ao atendimento de grupos específicos, tais como a criança, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a mulher, em acções orientadas à capacitação de pessoas para a produção, na produção de produtos alimentares e de rendimento, na reabilitação de infraestruturas rurais, assim como na promoção da comercialização de excedentes, como forma de contribuição para a segurança alimentar e nutricional, na qualidade de uma das componentes fundamentais da Política Agrária.
- No campo de educação, é fundamental que este sector adopte medidas que permitam melhorar a sua capacidade institucional em relação à planificação e gestão da educação para o desenvolvimento rural e segurança alimentar; o apoio ao ensino técnico-profissional e vocacional e a actividades extra-curriculares nas escolas ligadas à promoção e divulgação de actividades geradoras de rendimento fora da agricultura; a promoção da alfabetização de adultos, com destaque para mulheres, e envolvimento das famílias e comunidades em actividades escolares.
- Como recomendação última, o Governo precisa encarar com seriedade a área agrária, adoptando as seguintes medidas, em primeiro lugar, para que as recomendações apresentadas antes possam ter resultados:
 - i) Afectar pessoas certas nos postos de direcção, coordenação, planificação, investigação e condução de actividades agrárias, do nível central à base;
 - ii) Criar condições de investimento à agricultura empresarial, para a produção de alimentos e de produtos de comercialização. Nesta área, o Governo deveria estudar formas de reerguer os gigantes adormecidos, tais como a LOMACO, as empresas chazeiras da Zambézia, as produtoras de citrinos, dentre outras;
 - iii) Encontrar formas de apoio aos pequenos produtores, com linhas de crédito agrário que tenham prazos de pagamento sustentáveis;
 - iv) Apoiar os comerciantes na disseminação de cantinas dedicadas à venda de instrumentos e insumos agrícolas, assim como na comercialização dos excedentes dos camponeses.
- Para que tais medidas sejam funcionais, há a necessidade de reestruturação do Ministério da Agricultura, criando-se novas estruturas funcionais, para se dedicarem integralmente na promoção e desenvolvimento de componentes específicas, por exemplo, não seria mau se existisse um Instituto de Promoção e Apoio à Agroindústria.
- O Governo deve desempenhar, efectivamente, com responsabilidade e zelo, o seu papel de coordenador da implementação de todos os instrumentos de operacionalização da Política Agrária e respectivas Estratégias de Implementação, envolvendo as ONG's, as

associações comunitárias, os camponeses e os produtores empresariais, por forma a que, a médio prazo o país consiga transformar *“a agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada nas funções de produção, distribuição e processamento, com vista a se alcançar o desenvolvimento de um sector agrário de subsistência capaz de contribuir com excedentes para o mercado e o desenvolvimento de um sector empresarial eficiente e participativo no desenvolvimento agrário”*⁹¹. Isto possibilitará que o país atinja, *“progressivamente, a auto-suficiência e reserva alimentar em produtos básicos, o fornecimento de matérias primas para a indústria nacional e contribuir para a melhoria da balança de pagamentos”*⁹².

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CATUEIRA, Andre. In Jornal Savana, de 10 de Dezembro de 2010.

Castel-Branco, Nuno. In Jornal Savana, de 08 de Outubro de 2010.

CONSELHO DE MINISTROS. Decreto nº.5/2009, de 1 de Junho – Regulamento de Inspeção Fitossanitária e de Quarentena Vegetal.

CONSELHO DE MINISTROS. Decreto nº. 6/2009, de 31 de Março – Regulamento sobre a Gestão de Pesticidas.

⁹¹ - Política Agrária e Estratégias de Implementação, 1995.

⁹² - idem.

CONSELHO DE MINISTROS. Decreto n.º. 12/2002, de 6 de Junho. Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia.

CONSELHO DE MINISTROS. Decreto n.º. 66/98, de 8 de Dezembro – Regulamento da Lei de Terras.

CONSELHO DE MINISTROS. Decreto n.º. 41/94, de 20 de Setembro . Normas para a Produção e Comércio de Sementes.

FOI, Dino. <http://basiliomuhate.blogspot.com/2009/01/que-agricultura-queremos-em-moambique.html> (14/10/10).

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRICOLA. El Estado de la Pobreza Rural en el Mundo. Roma:1992.

FRANCISCO, António Álvaro. Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: contribuição para a sua compreensão crítica, Namacurra: Editora BS (2ª. Edição).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. www.ine.gov.mz (2010)

INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE CALAMIDADES. Manual de Agricultura de Conservação para técnicos e agricultores, Beira-Viena, 2007.

LANGA, Jeremias. in Jornal “O País” de 22 de Outubro de 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Estratégia da Revolução Verde em Moçambique, Maputo, 2008.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Direcção Nacional de Extensão Rural, Sector de Comunicação. Extensão Rural. Ano 1, n.º. 1, Maputo: Janeiro de 2000.

MOÇAMBIQUE. Assembléia da República. Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014. Maputo, 05 de Abril de 2010.

_____. Assembléia da República. Programa Quinquenal do Governo para 2005-2009. Maputo, Março de 2005.

Assembléia da República. Programa Quinquenal do Governo para 1995-1999. Maputo, 21 de Abril de 1995.

_____. Lei n.º. 10/99, de 7 de Julho – Lei de Floresta e Fauna Bravia.

_____. Lei n.º. 19/97, de 1 de Outubro – Lei de Terras.

_____. Lei n.º. 11/95, de 31 de Outubro – Política Agraria e as respectivas Estrategias de Implementação.

_____. Lei n.º. 12/95, de 23 de Dezembro, sobre alocação de Fundos de Investimento aos Governos Distritais.

Lei nº. 11/95, de 31 de Outubro – Política Agrária e as respectivas Estratégias de Implementação.

_____. Lei nº. 10/95, de 17 de Outubro – Política Nacional de Terras e as respectivas Estratégias de Implementação

_____. Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Maputo, 2005.

_____. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, 1998.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO AMBIENTAL. Diploma Ministerial nº. 153/2002, de 11 de Setembro – Regulamento Sobre Pesticidas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Diploma Ministerial nº. 184/2001, de 19 de Dezembro – Regulamento de Produção, Comércio, Controlo de Qualidade e Certificação de Sementes.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, MINISTÉRIO DAS FINANÇAS e SECRETARIA DE ESTADO DE HIDRÁULICA AGRÁRIA. Diploma Ministerial n. 33/91, de 24 de Abril – Regulamento de Utilização das Infra-Estruturas Hidro-Agrícolas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Direcção Nacional de Serviços Agrários. avaliação preliminar da campanha agrícola 2009-2010, Maputo, 2010.

_____, Direcção Nacional de Extensão Agrária. Plano Director de Extensão Agrária: 2007-2016. Maputo: Maio de 2007.

Ministério de Planificação e Desenvolvimento, 2006. Estratégia de desenvolvimento Rural (EDR). Draft Final. Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Maputo, 28 de Setembro, 2006.

PIRI, Frenk. Trabalho de Licenciatura em Sociologia, Maputo, ISCTEM, 2011.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2010: Edição do 20º Aniversário. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010.

_____. Relatório do Desenvolvimento Humano 2005: Cooperação Internacional numa encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005.

Relatorio produzido para a Inspeccao Geral de Financas pela empresa de consultoria EUROSIS, em colaboracao com o ICC, In Jornal SAVANA, de 22 de Outubro de 2010.

SITOE, Tomás A. Agricultura Familiar em Moçambique, estratégias de desenvolvimento sustentável, Maputo: Junho de 2005 (Mimeo).

www.brazil.ru/pt/business/agriculture

www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/Malawi

ANEXOS

ANEXO 1

Questionário

1. A Política agrária, aprovada pelo Conselho de Ministros, pela Resolução nº 11/95, de 31 de Outubro, enquadra a actividade agrária nos grandes objectivos de desenvolvimento económico do país. No seu entender, que acções principais vem sendo desenvolvidas, no quadro dessa política, no quadro de:

- a) Garantia da segurança alimentar para as populações?
 - b) Garantia do Desenvolvimento económico sustentável (local, no Distrito e do país em geral)?
 - c) A redução de taxas de desemprego (local, distrital e do país)?
 - d) A redução dos níveis de pobreza absoluta (local, Distrital e no país)?
2. A política agrária tem como principal objectivo a recuperação da produção agrária, que concorre para a auto suficiência e reserva alimentar e promoção do aumento dos níveis de comercialização de produtos de exportação. Na sua percepção, que acções estão sendo desenvolvidas a nível do Distrito/Província, que concorrem para a efectivação de tal objectivo, nos campos de:
- a) Transformação da Agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada nas funções:
 - Produção
 - Distribuição
 - Processamento
 - b) Desenvolvimento de um sector agrário de subsistência, que contribua com excedentes para o mercado local e outros
 - c) Desenvolvimento de um sector empresarial eficiente e participativo no desenvolvimento agrário local/Nacional.
3. Qual é o nível de envolvimento das autoridades locais e das populações na utilização dos recursos naturais existentes (a terra, as águas existentes, as florestas e a fauna bravia)?
4. Que acções têm sido desenvolvidas no quadro da expansão das capacidades de produção e melhoria da produtividade no PA/Distrito, principalmente em relação a:
- a) Acesso à terra?
 - b) Produção de alimentos, para atingir a auto-suficiência e segurança alimentar;
 - c) Produção para exportação;
 - d) Reestruturação das empresas do sector agrário existentes no Distrito;
 - e) Desenvolvimento de serviços de:
 - formação profissional;
 - Investigação;
 - Extensão.
 - f) Protecção de plantas e de animais,
 - g) Desenvolvimento de infra-estruturas.
5. Na produção de alimentos, para o alcance à auto-suficiência e segurança alimentar, que tipo de produtos e animais o PA/Distrito promove no seio dos produtores, a saber:

- Camponeses singulares;
 - Associações de camponeses,
 - Empresários agrícolas
6. Quem promove tal produção (Governo/ONG's/liderança local)?
 7. Quais os incentivos que os promotores oferecem aos produtores (camponeses, associações, empresas)?
 - Sementes
 - Fertilizantes
 - Enxadas
 - Catanas
 - Machados
 - Tractores
 - Tracção animal
 - Gado
 - Aves
 - Assistência técnica (extensionistas)
 - Água para irrigação
 - Motobomba
 - Energia
 - Casa agrária
 8. Tem se registado a melhoria dos níveis de produção?
 9. Os excedentes para onde são levados:
 - Vendidos localmente
 - Levados para a cidade de-----
 - Levados para a sede do Distrito
 - Vendidos fora do país
 10. Há compradores de fora, ou os produtores levam os seus produtos para os mercados existentes
 11. Há condições de transporte e de circulação de mercadorias (excedentes e animais)?
 12. Há condições de armazenagem de excedentes?
 13. Há promotores de venda?
 14. Os comerciantes locais participam na comercialização dos excedentes?
 15. Tem havido apoios financeiros aos produtores para o aumento da produção?
 16. Quem dá tal apoio, Governo ou ONG's?
 17. O apoio é do tipo crédito ou donativo?
 18. Tal apoio tem sido suficiente para as necessidades dos produtores?
 19. Quais os requisitos para se beneficiar de tal apoio?
 20. Sabe se existe alguma instituição bancária que dá créditos produtores e aos comerciantes que participam da comercialização de excedentes agrícolas?

21. Sabe se existe alguma empresa correctora de seguros, que assegura os projectos da área agrária? Se não existe, que implicações esta falta traz no desenvolvimento da área agrária?
22. Sabe se é aplicada a isenção fiscal para os importadores de factores de produção para a agricultura?
23. Há acções de fomento pecuário no distrito? Quem as desenvolve?
24. Há assistência técnica adequada, aos produtores locais? Quem presta tal assistência? Qual a formação do agente que presta a assistência?
25. Que acções são desenvolvidas para o aumento da produtividade da terra?
26. A água tem sido um grande adversário na produção agrícola e de animais. Que acções existem no Distrito com vista a garantir a retenção de água para fins agrários?
27. O país apresenta condições agro-ecológicas para se tornar numa potência na área da agricultura e pecuária. Entretanto, estas potencialidades não têm merecido intervenções que tornem o país verdadeiramente produtor e auto-suficiente. Na sua opinião quais os factores que influenciam para tal situação?
28. O país possui 36 milhões de hectares de terras aráveis, dos quais apenas cerca de 5 milhões eram, em 1995, cultiváveis; 3,3 milhões de hectares irrigáveis, dos quais apenas 50 mil eram irrigados em 1995. Que esforços têm sido feitos para que o país amplie as possibilidades de transformar as potencialidades em benefícios efectivos para a população, como forma de tirar o país da dependência externa em produtos agrários?

ANEXO 2

PROGRAMA QUINQUENAL DO GOVERNO PARA O PERÍODO DE 2010-2014

COMPONENTES DE:

Agricultura, Pecuária, Florestas e Fauna

95. A agricultura continua a ser a actividade base para o desenvolvimento da economia nacional, oferecendo um potencial elevado para o combate à pobreza. O objectivo continua a ser a transformação estrutural, visando progredir de uma agricultura de subsistência para um sector agrário integrado, próspero, competitivo e sustentável e para a melhoria da sua contribuição no crescimento do Produto Interno Bruto, através da implementação da Revolução Verde, destacando-se a investigação agrária, a gestão de recursos hídricos, e a tracção animal.

96. O principal desafio do Governo nesta área é garantir a segurança alimentar para todas as pessoas e em todos os momentos, em quantidade e qualidade que assegurem a manutenção de uma vida activa e saudável em todo o País. Pretende-se ainda uma maior renda e rentabilidade dos produtores e uma produção agrária orientada para o mercado interno e externo, salvaguardando-se o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do equilíbrio ambiental.

97. Objectivos estratégicos:

- i. Garantir o aumento da produção e da segurança alimentar no País;
- ii. Elevar a produtividade das actividades agrícolas e de toda a sua cadeia de valor;
- iii. Incentivar o aumento da produção agrária orientada para o mercado;
- iv. Promover o uso sustentável das terras, florestas e fauna;
- v. Desenvolver o capital humano e a capacidade institucional do sector agrário.

98. Acções prioritárias:

Produção e Produtividade Agrárias

- (1) Produzir, fornecer e promover o uso de semente melhorada e outros insumos agrícolas no País;
- (2) Priorizar o uso das terras em zonas com elevado potencial agrário para a produção de alimentos;
- (3) Promover o manejo integrado da fertilidade dos solos, utilizando fertilizantes orgânicos e inorgânicos de forma sustentável;
- (4) Garantir a segurança alimentar e nutricional, através da criação de aves, pequenos ruminantes e gado bovino;
- (5) Incentivar a mecanização agrária;

- (6) Ampliar a cobertura da rede de extensão rural para potenciar as actividades agrárias, melhorar o acompanhamento das actividades dos camponeses, em particular nos Distritos prioritários;
- (7) Operacionalizar a estratégia de bio-combustíveis;
- (8) Promover o estabelecimento de plantações florestais;
- (9) Fomentar a produção de culturas estratégicas de rendimento, nomeadamente algodão, castanha de caju e oleaginosas para a melhoria da renda;
- (10) Disseminar a utilização da tracção animal para o aumento das áreas de cultivo e da produção;
- (11) Reduzir o défice alimentar através da promoção da avicultura comercial e do melhoramento do gado de corte leiteiro.

Provisão de Serviços de Investigação, Apoio, Fomento e Infra-estruturas

- (1) Investigar, ensaiar e libertar novas variedades culturais, com ênfase para as culturas tolerantes à seca;
- (2) Realizar o melhoramento genético dos recursos zootécnicos e de sistemas de engorda de gado;
- (3) Promover e disseminar os resultados da investigação de suplementos alimentares para o gado bovino no tempo de seca;
- (4) Estabelecer padrões de qualidade, realizar a acreditação e metrologia de produtos agrários ao nível das exigências regionais e internacionais para maior penetração no mercado nacional e internacional;
- (5) Reforçar os Serviços Veterinários no exercício da fiscalização, controlo veterinário a todos os níveis para garantir a disponibilidade de serviços de saúde animal e a protecção dos efectivos nacionais contra doenças;
- (6) Promover o acesso ao crédito agrícola e estímulo ao crescimento de profissionais e produtores agrários;
- (7) Expandir o estabelecimento de casas agrárias e mercados grossistas de insumos e produtos agrários;
- (8) Promover condições de trabalho e de habitação ao nível local para os técnicos de apoio e assistência no sector agrícola;

(9) Promover a construção e reabilitação de instalações de unidades de inspecção, fiscalização e controle fito e zoo-sanitário aos produtores.

Produção Orientada ao Mercado

(1) Promover o processamento de produtos agrícolas, pecuários florestais e faunísticos, de forma a agregar-lhes maior valor acrescentado.

Infra-estruturas Agrárias e Capacidade Agrária

(1) Promover a edificação de barragens e represas para armazenamento e maneo de água destinada à agricultura;

(2) Promover a construção de novos regadios e reabilitação dos regadios existentes;

(3) Promover a construção e reabilitação de infra-estruturas de maneo pecuário e de assistência veterinária e de apoio à produção e comercialização pecuária;

(4) Expandir a rede de energia eléctrica para zonas de produção agro-pecuária com prioridade para os Distritos com alto potencial;

(5) Promover a construção e reabilitação das estradas terciárias com prioridade para os Distritos prioritários no âmbito do Plano de Acção para a Produção de Alimentos;

(6) Promover a construção e reabilitação de infra-estruturas públicas de assistência pós-colheita, principalmente silos e celeiros com o envolvimento do sector privado para sua gestão;

(7) Viabilizar infra-estruturas agrárias ao longo dos Corredores de Desenvolvimento de Nacala, Beira e Limpopo em toda a cadeias de valor.

Uso e Aproveitamento de Terras

(1) Proceder a inventariação, mapeamento e zoneamento agrário para determinação do melhor uso dos recursos naturais, tendo em conta os interesses do Estado e das comunidades locais;

(2) Prosseguir a digitalização do Cadastro Nacional de Terras, para tornar céleres os processos de cadastramento e de disponibilização de informação às entidades envolvidas no processo de administração e gestão de terras;

(3) Rever e divulgar o quadro normativo e institucional para o fortalecimento da gestão de terras, florestas e fauna bravia;

(4) Facilitar o acesso e exercício do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT);

(5) Realizar actividades de geomática, cartografia e teledeteção, bem como de estudos e investigação geo-cartográficos, tendo em vista a elaboração, manutenção, actualização da cartografia sistemática de base e do sistema de informação geo-cartográfica.

Gestão do Conflito Homem – Fauna Bravia e Queimadas Descontroladas

(1) Adoptar e implementar iniciativas de mitigação e prevenção do conflito homem-fauna bravia em todo o território nacional;

(2) Promover a participação das comunidades na gestão de conflitos homem-animal;

(3) Incentivar o estabelecimento e expansão de fazendas do bravio, instituindo normas e procedimentos para a criação e exploração de animais bravios;

(4) Estabelecer um novo quadro normativo e operacional para a mitigação e controlo de queimadas no País.

Florestas

(1) Redefinir e implementar uma política para a exploração sustentável dos recursos florestais;

(2) Definir e implementar uma estratégia de valorização e protecção das plantas nativas e de incentivo ao estabelecimento de Plantações Florestais;

(3) Promover a instalação de explorações florestais comerciais;

(4) Promover a instalação de florestas comunitárias e pequenas explorações agro silvícolas de pequena e média dimensão.

Desenvolvimento Institucional

(1) Fortalecer as instituições de formação agrária aos níveis básico, médio e superior, adequar os programas de educação agrária às necessidades reais de desenvolvimento agrário nacional;

(2) Implementar programas de formação técnica de extensionistas e formadores-produtores e criadores nas diversas áreas agrárias, incluindo no agro negócio e na gestão de águas nos perímetros sob irrigação, e garantir a integração de extensionistas já formados;

(3) Reactivar os centros de formação agrária para a capacitação dos produtores, técnicos e dirigentes agrários;

(4) Fortalecer a capacidade de advocacia das organizações dos camponeses como forma de imprimir uma maior participação na definição de políticas e estratégias agrárias;

(5) Desenvolver um novo sistema de estatísticas agrárias com uma única série integrada de dados.

ANEXO 3

Relação das entidades contactadas e entrevistadas

Entidades Contactadas

- 1. Maputo Cidade**
- 2. Província de Maputo**
- 3. Província de Gaza**
- 4. Província de Sofala**
- 5. Província de manica**

Entidades entrevistadas

- 1. Maputo Cidade**
- 2. Província de Maputo**
- 3. Província de Gaza**
- 4. Província de Sofala**
- 5. Província de manica**

- 6. Província de Tete**
 - Um Produtor baseado no Distrito de Tsangano
 - Um grupo de Camponeses filiados à União de Camponeses de Tete